



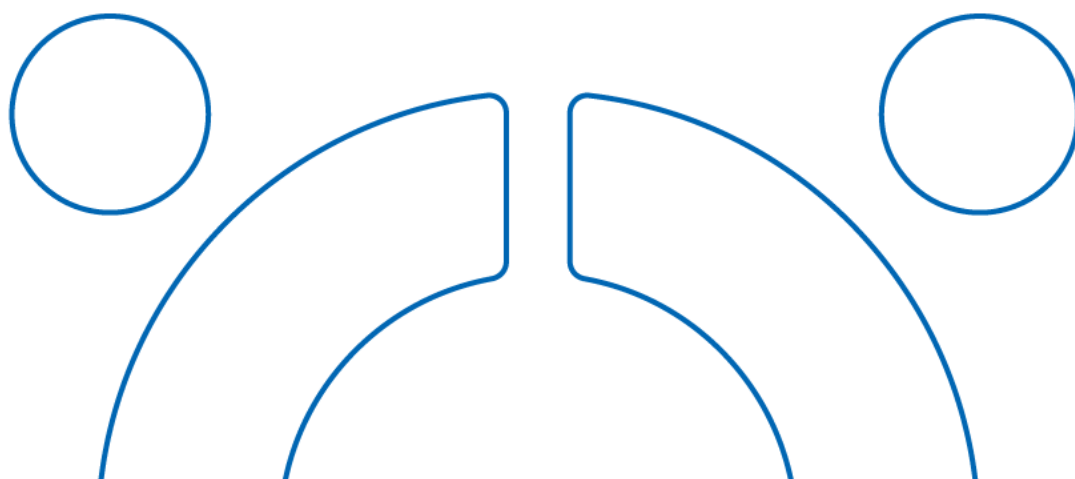
Departamento
DE PESQUISA



FUNDAÇÃO
José Luiz
Egydio Setúbal



Santa Fé: Estruturação e Sistematização do Conhecimento Organizacional e da Metodologia de Atuação



Ficha técnica

Pesquisadora Principal

Claudia Cheron König

Assistente de Pesquisa II

Marina Minarelli

Assessoria Técnica

Kamila Capozzi de Abreu

Sumário

Apresentação	5
Desafios da proteção e da garantia de direitos da criança e do adolescente	6
Associação Beneficente Santa Fé.....	9
Minha Casa.....	10
Vovó Ilza.....	11
Pós-acolhimento: Construindo Pontes	12
Família Acolhedora	13
Projeto de Sistematização de Conhecimento e Metodologia	15
Os Alicerces: A Base Estrutural da Metodologia.....	17
Os Pilares: Os Diferenciais da Metodologia Santa Fé	18
Alicerces metodológicos	19
1. Educador-tutor.....	19
2. Supervisão.....	21
3. Assembleias	23
4. Trabalho coletivo e multidisciplinar.....	24
5. Parcerias com setores público e privado	25
Pilares metodológicos.....	27
1. Criar e Fortalecer Raízes	28
1.1. Manutenção do convívio familiar.....	29
1.2. Vínculo com os educadores.....	31
1.3. Vínculo com a comunidade	33
1.4. Fortalecer o Pós-Acolhimento	35
2. Olhar Individualizado	37
2.1. Trabalho sem preconceitos	38
2.2. Especificidades das meninas-mães.....	41
2.3. Especificidades dos bebês	45
3. Cuidado e Aconchego	46
3.1. Ambiente confortável, aconchegante e seguro	48
3.2. Rotina e atividades externas	51
3.3. Linguagem afetiva e educação não punitivista	53

4.	Ambiente Democrático	57
4.1.	Diálogo e horizontalidade das relações.....	58
5.	Conclusão.....	60
	Considerações Finais.....	62
	REFERÊNCIAS.....	64
	ANEXO I – Evidências Qualitativas	67
	Pilar 1: Criar e Fortalecer Raízes	68
	Pilar 2: Olhar Individualizado	69
	Pilar 3: Cuidado e aconchego.....	72
	Pilar 4: Ambiente democrático	75

Apresentação

Contribuir para a construção de um futuro mais seguro e saudável para crianças e adolescentes é um compromisso social que exige o engajamento de diversos setores, em uma atuação integrada e transversal. O combate às diferentes formas de violência e à interrupção dos ciclos intergeracionais de pobreza são aspectos essenciais desse processo. Com o objetivo de reverter a situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes vítimas desse cenário, a Associação Beneficente Santa Fé atua há mais de 30 anos com acolhimento infantojuvenil, atendendo não apenas às necessidades imediatas desses indivíduos, mas também promovendo sua reintegração familiar – fortalecendo os vínculos e a estrutura da família como um todo – e criando oportunidades para o seu desenvolvimento emocional, educativo e social.

Este relatório busca identificar e consolidar de forma clara e sistemática os valores e a metodologia de ação da Santa Fé, detalhando seus **alicerces** e **pilares metodológicos**, que sustentam seus programas e orientam suas práticas ao longo da história. A partir da análise de documentos institucionais, entrevistas com (ex)acolhidos, profissionais da instituição e da rede pública, além do embasamento em um referencial científico sobre acolhimento institucional, desenvolvimento e saúde infantil, essa sistematização visa aprimorar e fortalecer a atuação da Santa Fé. Além disso, tem potencial para influenciar políticas públicas e servir como referência para outras instituições de acolhimento, promovendo um modelo de cuidado mais humanizado e eficaz.

Espera-se que esse material, fruto da parceria entre a Associação Beneficente Santa Fé e a Fundação José Luiz Setúbal (FJLS), amplie o impacto da instituição e fortaleça a promoção da justiça social e do bem-estar das crianças e adolescentes no Brasil.

Desafios da proteção e da garantia de direitos da criança e do adolescente

A legislação brasileira, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), juntamente com as normas de acolhimento, estabelece uma série de medidas para garantir que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade cresçam e se desenvolvam de maneira integral e saudável. O princípio fundamental é protegê-los, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento. Isso significa que, em qualquer circunstância, suas necessidades e direitos devem ser prioridade absoluta.

Embora a legislação priorize a convivência familiar e comunitária¹, há situações em que o acolhimento institucional se torna necessário para garantir a proteção daqueles em situação de risco. Quando essa medida é adotada, deve ser conduzida sob uma abordagem que promova o **desenvolvimento integral**, minimizando os impactos negativos da institucionalização e favorecendo o bem-estar e a autonomia dos acolhidos. O objetivo é viabilizar um **retorno seguro à família de origem**, quando possível, ou encaminhar para adoção, sempre respeitando as necessidades individuais de cada criança e adolescente em prol da sua emancipação.

A proteção de crianças e adolescentes deve ser um pacto coletivo. Além da família, o Estado e a sociedade civil compartilham a responsabilidade de garantir os direitos e a educação desses indivíduos. Quando a família, por diversas razões, não tem condições de oferecer o cuidado necessário, o poder público e seus serviços de assistência social têm o dever de formular e implementar políticas públicas eficazes, assegurando recursos financeiros e humanos para a oferta de **serviços de acolhimento de qualidade**, que garantam a proteção integral e favoreçam o desenvolvimento de cada criança e adolescente.

¹ Lei 8069/90, artigo 19.

A insuficiência de recursos financeiros destinados a esse serviço aparece como um grande limitador da qualidade das instituições que dependem apenas dos repasses governamentais². Manter uma casa que assegure o ambiente adequado, promovendo a educação plena e o desenvolvimento social e cognitivo é uma tarefa cara para qualquer família com crianças e adolescentes. Já em uma casa que abriga até 20 pessoas, que precisam de um cuidado e de uma atenção especial devido ao afastamento de suas famílias, essa missão se torna ainda mais custosa e delicada de se conduzir. A necessidade de destinar mais recursos para a área de acolhimento infantil e juvenil se faz urgente diante do pouco investimento e da complexidade do trabalho necessário para a garantia integral de seus direitos³.

A falta de profissionais capacitados e sensíveis à complexidade do trabalho com crianças e adolescentes institucionalizados é um dos principais desafios apontados pela literatura para a garantia de direitos⁴. Muitos profissionais não compreendem plenamente os processos psíquicos e cognitivos vivenciados pelos acolhidos⁵. Trabalhar diariamente com crianças e adolescentes de trajetórias diversas, muitas das quais



- **Direito à Vida e à Saúde:** garantia do nascimento e desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (ECA, art. 7).
- **Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade:** crianças e adolescentes devem ter suas opiniões ouvidas, participando das decisões que afetam as suas vidas. É também o direito de ir, vir e estar em espaços públicos e comunitários (ECA, art.16).
- **Direito à Convivência Familiar e Comunitária:** assegurar a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta o desenvolvimento integral. É priorizada a permanência no núcleo familiar, buscando a reintegração com ela ou com a família extensa sempre que possível (ECA, art. 19).
- **Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer:** visa o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e do trabalho (ECA, art. 53).
- **Direito à Proteção contra toda forma de Violência:** proteger contra todas as formas de violência, negligência, exploração, abusos e tratamento cruel ou degradante, em âmbito familiar, social ou institucional (ECA, art. 70 e 94).
- **Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho:** o menor de 14 anos só pode trabalhar na condição de aprendiz. Antes ou depois dessa idade, o trabalho deve garantir que os jovens não trabalhem em lugares perigosos, insalubres ou que exerçam funções penosas; deve respeitar o acesso obrigatório a frequência escolar e não deve prejudicar seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social (ECA, art. 67).

² Coalizão Brasileira, Atricon (2024); Coalizão Brasileira et al. (2024); Couto, Rizzini (2021).

³ Couto, Rizzini (2021); Parra et al. (2019); Acioli et al. (2018).

⁴ Couto, Rizzini (2021); Parra et al. (2019); Acioli et al. (2018).

⁵ Acioli et al. (2018).

marcadas por experiências de violência que resultaram no acolhimento, exige mais do que capacitação técnica, demanda uma postura livre de preconceitos e julgamentos, tanto em relação aos acolhidos quanto às suas famílias.

No entanto, o baixo investimento na área, aliado à baixa remuneração dos profissionais, resulta em alta rotatividade de profissionais nas casas de acolhimento. Essa instabilidade coloca em risco a construção de vínculos de confiança e afeto, que são essenciais para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes⁶.

Além da falta de recursos financeiros e técnicos, a fragilidade na articulação da rede de proteção entre os diversos serviços (saúde, educação, justiça e assistência social) compromete o acesso dos acolhidos e de suas famílias aos seus direitos e à integralidade do atendimento. A comunicação eficiente entre essas áreas é fundamental não apenas no momento do acolhimento ou da saída do serviço, mas também na prevenção de novas violações de direitos, tanto das crianças e adolescentes quanto de seus familiares⁷.

Apesar de a legislação estabelecer que "a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar"⁸, a relação entre pobreza e acolhimento institucional ainda é evidente⁹. Isso demonstra uma falha do poder público e da sociedade civil na proteção e suporte às famílias em situação de vulnerabilidade. Em muitos casos, se houvesse uma atuação articulada e sensível às especificidades de cada contexto familiar, sem preconceitos e estigmatizações, essas famílias talvez não tivessem chegado ao ponto de perder a capacidade de cuidar de seus filhos¹⁰.

A reintegração familiar é a prioridade no serviço de acolhimento, conforme previsto em lei e amplamente reconhecida na literatura como um fator essencial para o desenvolvimento da criança e do adolescente. A necessidade de um lar, de vínculos amorosos e de relações de confiança é um direito e um desejo dos acolhidos¹¹. No entanto, efetivar essa reintegração ainda é um grande desafio, estreitamente ligado à escassez de recursos financeiros e técnicos.

Um dos questionamentos mais frequentes na literatura acadêmica¹² e que também apareceu durante as entrevistas realizadas com os profissionais da Santa Fé é: como uma família que perdeu a

⁶ Acioli et al. (2018); Siqueira, Dell'Aglio (2006).

⁷ Blikstein, Reis (2023); Organização Mundial da Saúde (2006); Siqueira, Dell'Aglio (2006).

⁸ Lei 8069/90, artigo 23.

⁹ Gomes (2022); Barbosa et al. (2016).

¹⁰ Gomes (2022).

¹¹ Blikstein, Reis (2023); Parra et al. (2019); Barbosa et al. (2016).

¹² Blikstein, Reis (2023); Parra et al. (2019); Barbosa et al. (2016).

capacidade de cuidar de suas crianças pode, de fato, estar apta a recebê-las novamente, garantindo seus direitos? Ou, ainda, como adolescentes que deixam a casa de acolhimento aos 18 anos, muitas vezes com defasagem escolar e, em alguns casos, já com filhos, podem construir uma vida autônoma sem reproduzir o ciclo intergeracional de pobreza do qual foram vítimas?

A resposta para essas questões reside, novamente, na articulação dos serviços de proteção social e na construção de um pacto coletivo no combate às desigualdades sociais e à violência infantil – envolvendo Estado, sociedade civil e setor privado.

Superar esses desafios exige um compromisso efetivo, garantindo:

- Investimento na qualificação dos serviços de acolhimento institucional
- Capacitação contínua dos profissionais
- Fortalecimento da rede de proteção social
- Desenvolvimento de políticas públicas que promovam a reintegração e o acolhimento familiar como alternativas à institucionalização

A Santa Fé, como serviço conveniado com a Prefeitura de São Paulo, enfrenta diariamente os desafios do acolhimento institucional. Contudo, sua prática e metodologia possibilitam que essas dificuldades sejam enfrentadas com estratégias concretas, garantindo ao máximo os direitos previstos em lei e promovendo um acolhimento humanizado e eficaz.

Nos capítulos seguintes, são apresentados quem é a Santa Fé e sua metodologia de atuação.

Associação Beneficente Santa Fé

A Santa Fé é uma organização não governamental, laica, de direito privado e sem fins lucrativos, que há mais de 30 anos desenvolve um trabalho de acolhimento de crianças, adolescentes e apoio a suas famílias em situação de vulnerabilidade. Desde sua fundação, a instituição já atendeu mais de mil crianças e adolescentes, oferecendo suporte para que possam romper ciclos de pobreza, violência e exclusão social.

Com uma missão pautada na promoção da justiça social e na garantia dos direitos estabelecidos pelo ECA, a Santa Fé trabalha para criar condições para que os atendidos alcancem autonomia e pleno desenvolvimento. A visão da instituição é assegurar que cada criança e adolescente tenha oportunidades reais de transformação, baseando suas ações em valores como colaboração, justiça social, respeito, acolhimento, cuidado, comprometimento e construção do conhecimento.

Para atingir esse objetivo, a Santa Fé possui um enfoque multidisciplinar e transversal que compreende os jovens e suas famílias como seres únicos, com sua própria história e cultura. Nesse sentido, a instituição possui quatro programas que atendem diferentes frentes da garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de afastamento familiar: duas casas de acolhimento - o Minha Casa, dedicado a crianças e adolescentes, e a Vovó Ilza, focada no recebimento de meninas-mães e seus bebês; o Programa Construindo Pontes, que apoia a família dos acolhidos e oferece suporte aos jovens no pós-acolhimento; e o Programa Família Acolhedora que conecta bebês a famílias estáveis por tempo provisório, enquanto eles não retornam para a família de origem ou para a adoção definitiva.

Assim, atuando de maneira integrada e em diversas frentes de cuidado e proteção a crianças e adolescentes, a Santa Fé teve sua metodologia reconhecida pela Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes como uma das 10 práticas mais inovadoras no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

Minha Casa

O Minha Casa é o lar de crianças e adolescentes, meninas e meninos de 0 a 17 anos e 11 meses, que estavam em situações de risco, como violência doméstica, abuso, vulnerabilidade social ou abandono. O ambiente é todo estruturado para oferecer conforto, privacidade, espaços de lazer e atividades, refeições adequadas, quartos confortáveis, higiene e segurança – elementos que imprimem à casa características de um lar, onde os sentimentos de acolhimento e proteção prevalecem.

Desde o início do programa, o Minha Casa tem um propósito maior do que ser um abrigo, seu objetivo é transformar vidas, devolvendo dignidade, esperança, direitos e condições físicas e psicológicas para as crianças terem plenas possibilidades de atuarem no mundo externo.

Para isso, a Santa Fé adota uma abordagem terapêutica individualizada, conduzida por uma equipe multidisciplinar, que se empenha no sentido de desvencilhar a realidade das experiências traumáticas, oferecendo uma conduta de afetividade e confiança, capaz de ressignificar suas histórias e criar um futuro diferente.

A rotina de funcionamento do Minha Casa é cuidadosamente planejada para garantir o bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos. O acompanhamento médico, psicológico e odontológico, o incentivo à educação e o acesso a atividades culturais, esportivas e recreativas fazem parte do dia a dia, assim como dinâmicas voltadas ao autocuidado e à valorização da autoestima.

O Programa também atua na mediação de conflitos e no fortalecimento da autonomia, por meio de práticas democráticas que incentivam o diálogo, a escuta ativa e a participação. Dessa forma, busca-se cultivar um ambiente de respeito mútuo, onde os problemas são resolvidos de forma colaborativa, priorizando a horizontalidade das relações, e eliminando retaliações ou punições.

Os trabalhos terapêuticos do Minha Casa também buscam promover a reaproximação entre a criança e a sua família de origem e estimulam a presença dos pais/familiares em finais de semana ou eventos. Caso a reinserção familiar não seja a melhor alternativa para o acolhido, há outras opções, como o retorno da criança para a família estendida (avós, tios etc.) ou, ainda, o encaminhamento para uma nova família que atenda todos os requisitos para a adoção responsável.

Ao atingir a maioridade, a legislação prevê que o adolescente assuma a responsabilidade por sua própria vida e sustento, apesar de a maioria dos acolhidos ainda não ter concluído a educação básica, devido à instabilidade familiar e/ou social que os levou ao acolhimento. Ciente dessa problemática, a Santa Fé negocia com o poder judiciário a possibilidade de os jovens mais necessitados passarem mais tempo na casa – se isso for também o seu próprio desejo – para que eles conquistem maior autonomia antes da total independência.

Vovó Ilza

A Casa Vovó Ilza é um lar voltado para meninas de até 18 anos, grávidas e/ou acompanhadas de seus filhos. Assim como o Minha Casa, a Vovó Ilza acolhe por volta de 20 crianças e adolescentes, entre mães e filhos.

A decisão em oferecer uma casa específica de meninas-mães ocorre pela compreensão que a Santa Fé tem sobre a complexidade que é o processo de gestar e se tornar mãe, além das especificidades

necessárias para o crescimento e desenvolvimento que bebês necessitam. Assim, o trabalho desenvolvido na Casa Vovó Ilza visa oferecer um ambiente seguro para as jovens-mães e seus filhos e promover uma experiência de maternidade construtiva e harmoniosa. Aqui também há uma equipe multidisciplinar que atua na casa, inclusive com parcerias privadas – como uma doula – que está apta a compreender e a apoiar as jovens-mães. Dessa forma, as jovens terão a chance de vivenciar experiências de cuidado e proteção que dificilmente teriam antes do acolhimento.

Assim como o Minha Casa, a Vovó Ilza também se preocupa em preparar as jovens para uma vida independente e autônoma, incentivando e acompanhando os estudos, bem como promovendo qualificação profissional. Além disso, busca fortalecer competências socioemocionais e ampliar redes de apoio, facilitando a transição para a vida adulta.

Essa atuação tem como objetivo romper o ciclo de violência e negligência que muitas delas vivenciaram, criando condições para um futuro mais promissor para si mesmas e seus filhos.

Com essa atuação, o impacto do trabalho desenvolvido na Casa Vovó Ilza foi reconhecido pelo 6º Selo Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, em 2023. Além de ser uma autenticação do compromisso da instituição com a promoção dos direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, este selo reforça a importância de projetos voltados para a proteção, autonomia e dignidade das jovens-mães e seus filhos.

Pós-acolhimento: Construindo Pontes

O programa Construindo Pontes tem como principal objetivo oferecer apoio integral às famílias de crianças e adolescentes acolhidos na Casa Vovó Ilza e no Minha Casa, favorecendo o retorno desses jovens ao seu lar de origem de forma segura e duradoura e/ou lhes dando o suporte no pós-acolhimento. A iniciativa busca resgatar a autonomia familiar, fortalecer vínculos rompidos, prover conhecimento e acesso das famílias a seus direitos e criar condições adequadas para a reintegração da criança no lar.

Esse trabalho ocorre a partir da conexão das famílias à rede de assistência social, apoiando-as na continuidade educacional, na profissionalização e estimulando-as na inserção no mercado de trabalho. A partir de parcerias privadas, a Santa Fé também promove encaminhamentos para tratamentos psicológicos e assistenciais, orientação socioeconômica e aconselhamento sobre o exercício da parentalidade. Com essa abordagem, o Construindo Pontes também atua na prevenção de novas

situações de vulnerabilidade, evitando que outros filhos da mesma família sejam afastados do convívio familiar.

Para aqueles que já atingiram a maioridade e deixaram a instituição, o programa garante um acompanhamento contínuo, auxiliando-os na transição para a vida adulta e na conquista da autonomia. Nesse sentido, a Santa Fé prevê um acompanhamento escolar de forma a garantir que essas crianças e adolescentes estejam aptos a avançar nos estudos até a conclusão da educação básica e, ainda, oferece um suporte inicial, de maneira decrescente, para aqueles que seguirão suas vidas de forma independente da família de origem, colaborando com a manutenção de suas novas moradias.

O Construindo Pontes complementa os demais programas de acolhimento da Santa Fé, uma vez que se coloca a serviço de todo o núcleo familiar, atuando na reorganização socioeconômica das famílias dos acolhidos, na reintegração ao lar e no acesso aos direitos sociais.

Família Acolhedora

O Programa Família Acolhedora é o projeto da Santa Fé que busca um lar provisório, amoroso e responsável para crianças de 0 a 2 anos, que foram afastadas de suas famílias por medida de proteção judicial, devido a situações de vulnerabilidade ou risco. Este programa é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e tem como objetivo “proporcionar a continuidade da vivência em um ambiente familiar, garantindo a atenção à individualidade da criança”¹³. Diferente do acolhimento institucional, no qual crianças vivem em abrigos com educadores revezando os cuidados, a Família Acolhedora proporciona um ambiente familiar individualizado, garantindo que a criança receba atenção integral, segurança e estímulos essenciais para o seu desenvolvimento. O propósito principal é preservar a convivência familiar e comunitária, priorizando a reintegração da criança à família de origem/extensa ou, quando isso não for possível, encaminhá-la para adoção.

As famílias interessadas em participar do programa devem fazer seu cadastro e apresentar plenas condições de oferecer os cuidados primordiais à criança e de estabelecer vínculos saudáveis com elas. Há um minucioso processo seletivo, incluindo entrevistas e visitas domiciliares, a fim de garantir que a família e o ambiente ofereçam condições necessárias para o desenvolvimento cognitivo, emocional, psíquico e social da criança.

¹³ Prefeitura de São Paulo (2023).

A Família Acolhedora não é um programa de adoção. O intuito é oferecer um lar temporário para a criança até que sua situação seja regularizada. A família que irá acolher não pode adotar a criança, pois sua principal função é dar suporte ao processo de reintegração familiar e ser um ambiente estável na importante fase da primeira infância. O envolvimento emocional com a criança é natural e esperado. Por isso, a equipe técnica do programa oferece suporte psicológico para preparar a família acolhedora e a criança para o momento da despedida, garantindo que o processo ocorra de maneira gradual e respeitosa.

Assim, a Família Acolhedora é o programa que busca proporcionar ao bebê um lar provisório de amor e segurança, recebendo atenção, carinho, condições materiais, estímulos e demais cuidados que a primeira infância requer, para, em seguida, a criança retornar a um lar definitivo.

Projeto de Sistematização de Conhecimento e Metodologia

A sistematização do conhecimento interno sobre as ações da Santa Fé é essencial para fortalecer e aprimorar sua atuação. Ao reunir e organizar referências que ficarão acessíveis a todos os colaboradores, esse processo permite padronizar e qualificar o atendimento, subsidiando a construção de protocolos eficazes e a definição de indicadores de impacto. Além disso, a sistematização se torna um instrumento estratégico de comunicação, tanto interna, ao alinhar práticas e diretrizes entre as equipes, quanto externa, ao ampliar a transparência e possibilitar o compartilhamento da metodologia da Santa Fé com parceiros, financiadores e outras instituições do setor.

Entre agosto e dezembro de 2024, a equipe da FJLS realizou entrevistas com 15 pessoas diretamente ligadas à Santa Fé, incluindo acolhidos atuais das casas Minha Casa e Vovó Ilza, ex-acolhidos e profissionais que atuam ou já atuaram na instituição – como educadores, assistentes sociais, psicólogos, conselheiros e administradores. Essa etapa foi fundamental para compreender, a partir das vivências e percepções desses atores, como a Santa Fé transforma sua missão e valores metodológicos em práticas concretas.

ENTREVISTAS	
Quantidade de entrevistas	15
Nº profissionais entrevistados	12
Nº acolhidos	2
Nº ex-acolhidos*	3
Horas de gravação	mais de 17
*Foram entrevistados dois ex-acolhidos que hoje integram o quadro de funcionários da Santa Fé.	

Paralelamente ao processo de entrevistas, foram conduzidas leituras sistemáticas de documentos internos da Santa Fé e uma revisão aprofundada da literatura sobre acolhimento institucional, combate à violência infantil e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e afastamento familiar.

A análise integrada desse material permitiu a síntese da estrutura de valores, princípios e metodologia da Santa Fé, destacando suas melhores práticas e seu alinhamento com a literatura especializada sobre acolhimento¹⁴. Além disso, a consolidação desse material possibilitou compreender como a Santa Fé busca concretizar sua missão, estruturando sua metodologia por meio da metáfora de uma construção.

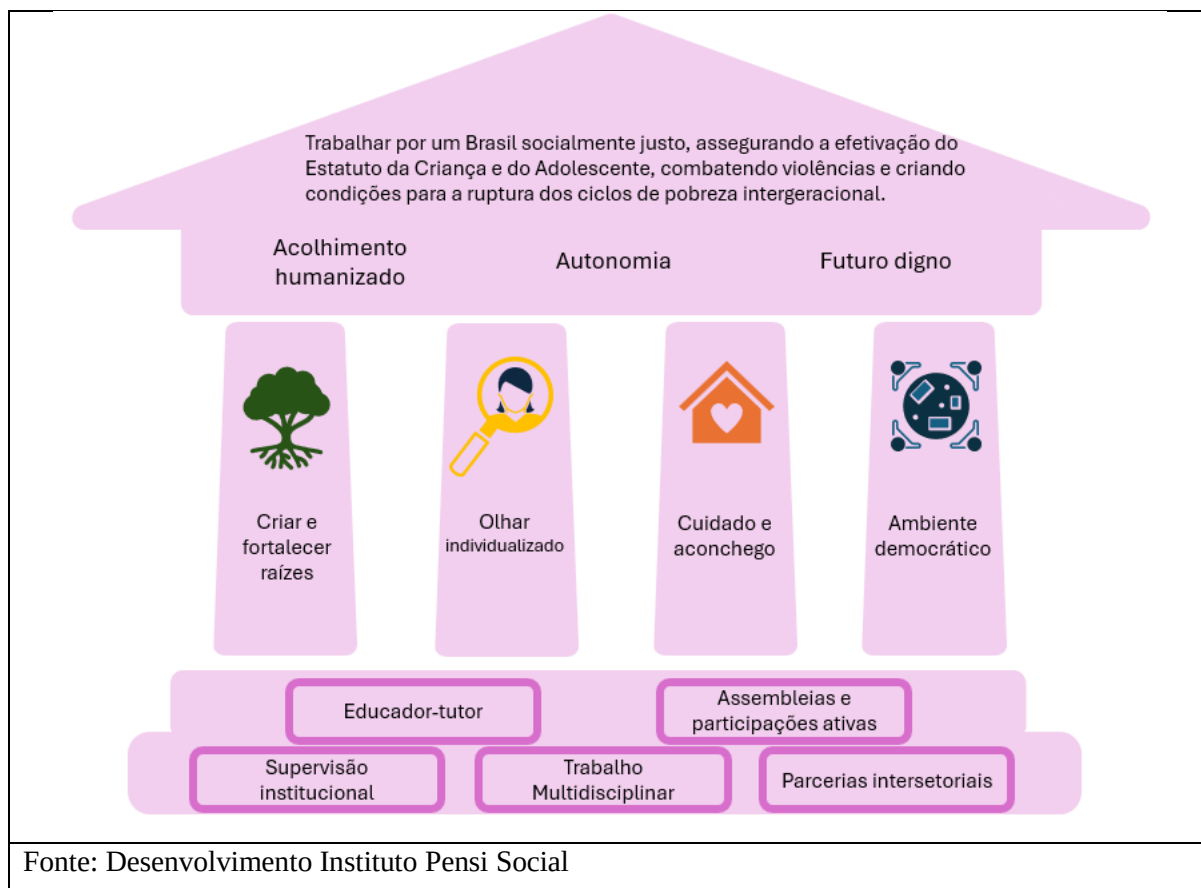
A Estrutura Metodológica da Santa Fé: Alicerces e Pilares

A atuação da Associação Beneficente Santa Fé é fundamentada em uma metodologia própria, desenvolvida ao longo de décadas de experiência no acolhimento de crianças e adolescentes, garantindo um atendimento que respeite a individualidade e promova um futuro digno e autônomo para os acolhidos. Dessa forma, a abordagem da Santa Fé foi estruturada a partir da metáfora de uma construção.

Nessa estrutura, a base sólida que sustenta toda a atuação da instituição são os alicerces, enquanto os pilares são os princípios que garantem a sustentação das práticas no dia a dia do acolhimento. Essa organização metodológica permite compreender de forma clara tanto os fundamentos institucionais quanto os diferenciais que tornam a Santa Fé um modelo de referência.

Figura 1: Estrutura Metodológica da Santa Fé

¹⁴ Ao final deste relatório, no Anexo I, são apresentadas evidências qualitativas das entrevistas realizadas, que corroboram as práticas da instituição e reforçam a definição de seus alicerces e pilares metodológicos.



Os Alicerces: A Base Estrutural da Metodologia

Os alicerces representam a base que sustenta a qualidade do acolhimento na instituição. A partir deles, se desenvolvem os princípios fundamentais que garantem que cada ação seja orientada por uma abordagem humanizada, multidisciplinar e que respeite os direitos e a individualidade de cada acolhido.

Os cinco alicerces da metodologia da Santa Fé são:

1. **Educador-tutor** – Um profissional de referência para cada acolhido, criando vínculos de confiança e acompanhamento próximo.
2. **Supervisão institucional** – Reflexão contínua e aperfeiçoamento das práticas para manter a qualidade do acolhimento.
3. **Assembleias e participação ativa** – Envolvimento dos acolhidos na gestão cotidiana, promovendo autonomia e corresponsabilidade.

4. **Trabalho coletivo e multidisciplinar** – Atuação integrada entre educadores, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais.
5. **Parcerias intersetoriais** – Construção e fortalecimento da rede de apoio, envolvendo família, escola, serviços de saúde e políticas públicas.

Os alicerces asseguram que a Santa Fé tenha uma estrutura institucional forte e coesa, permitindo que seus diferenciais metodológicos sejam implementados com qualidade e consistência.

Os Pilares: Os Diferenciais da Metodologia Santa Fé

Se os alicerces garantem a solidez estrutural da instituição, os pilares representam os princípios e valores que orientam e sustentam sua prática cotidiana. Eles são os diferenciais metodológicos da Santa Fé, que fazem com que o acolhimento vá além da proteção emergencial e se transforme em um processo de desenvolvimento e construção de futuro para cada criança e adolescente.

Os quatro pilares da Santa Fé são:

1. **Criar e Fortalecer Raízes** – Priorização dos vínculos familiares e comunitários para evitar rupturas definitivas e garantir uma transição segura.
2. **Olhar Individualizado** – Atendimento que respeita a singularidade de cada acolhido, com planos personalizados e apoio emocional contínuo.
3. **Cuidado e Aconchego** – Criação de um ambiente seguro, afetivo e estruturado, promovendo desenvolvimento emocional saudável.
4. **Ambiente Democrático** – Gestão compartilhada e participação ativa dos acolhidos, incentivando autonomia e senso de pertencimento.

Essa estrutura fortalece o compromisso da Santa Fé com um acolhimento baseado no respeito, no cuidado e na promoção de um futuro digno para os acolhidos. A combinação entre alicerces sólidos e pilares bem definidos garante que a metodologia da Santa Fé seja coerente, eficaz e replicável, podendo inspirar outras instituições e políticas públicas voltadas à proteção da infância e adolescência.

A metodologia da Santa Fé, representada pela metáfora de uma construção, será aprofundada no próximo capítulo, com a apresentação das evidências científicas que fundamentam cada um de seus elementos. Essa análise permitirá compreender como os alicerces e pilares da instituição não apenas refletem boas práticas no acolhimento institucional, mas também são sustentados por pesquisas sobre desenvolvimento infantil, proteção social e reintegração familiar. Além disso, serão exploradas as formas pelas quais essa estrutura se materializa no dia a dia da Santa Fé, garantindo um acolhimento humanizado e efetivo.

A metodologia da Santa Fé adota uma visão sistêmica e integrada da infância, abrangendo múltiplas áreas do desenvolvimento infantil – emocional, social, educacional e de saúde. Nessa abordagem, todos os elementos da metodologia estão interconectados. Os alicerces formam a base que sustenta a prática institucional, enquanto os pilares orientam e garantem sua aplicação no dia a dia. Embora alguns alicerces tenham maior influência sobre determinados pilares, e vice-versa, todos são indispensáveis para o funcionamento do modelo. Essa articulação permite que a Santa Fé cumpra sua missão de oferecer um acolhimento que respeita, protege e desenvolve cada criança e adolescente de maneira integral.

Alicerces metodológicos

1. Educador-tutor

Um dos alicerces metodológicos da Santa Fé, essencial para garantir a qualidade do serviço prestado nas casas de acolhimento, é a presença do educador-tutor. Nos projetos Minha Casa e Vovó

Ilza, a institucionalização desse profissional assegura que crianças e adolescentes recém-chegados tenham uma figura de referência, responsável por um acompanhamento personalizado e contínuo. Dessa forma, o educador-tutor promove um ambiente de estabilidade e segurança, fundamentais para o desenvolvimento dos acolhidos.

Nos contextos de acolhimento, em que as crianças e adolescentes estão afastados de suas famílias, os laços de confiança e afetividade precisam ser reconstruídos¹⁵. Os educadores das casas de acolhimento são os primeiros a buscar esse vínculo, tornando-se figuras de apego seguras e estáveis no novo ambiente durante o processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes institucionalizados¹⁶. O educador-tutor desempenha um papel central nesse processo, garantindo que cada acolhido tenha um suporte individualizado ao longo de sua permanência na instituição.

A escolha do educador-tutor é flexível e pode ser ajustada conforme os vínculos que a criança ou adolescente estabelece na casa ao longo do tempo. Esse fator é fundamental, pois apenas uma conexão genuína permite que o tutor exerça plenamente seu papel de acolhimento e construção da confiança.

Ao acompanhar de perto o recém-chegado, o tutor desenvolve um conhecimento profundo sobre sua história, necessidades, desejos e desafios. Essa compreensão possibilita que ele adapte estratégias e intervenções de acordo com as especificidades de cada acolhido. Dessa forma, o tutor contribui ativamente para a elaboração e implementação do Plano Individual de Atendimento (PIA), articulando-se com a equipe multidisciplinar para oferecer suporte emocional e prático, auxiliando o acolhido a lidar com as dificuldades do cotidiano.

Ao mesmo tempo em que respeita o tempo necessário para que a criança ou adolescente elabore a mudança de lar, o educador-tutor trabalha para estabelecer uma relação de confiança, tornando-se o principal mediador de conflitos desse acolhido. Crianças e adolescentes, muitas vezes, ainda não conseguem nomear suas emoções, frustrações e angústias, recorrendo a repertórios de comunicação pautados na agressividade; o que é ainda mais recorrente em contextos de violência e de violação de direitos¹⁷. Nesse sentido, o tutor precisa estar preparado para identificar as necessidades emocionais de cada acolhido e, ao mesmo tempo, ampliar sua própria experiência na interação com essas crianças e adolescentes, desenvolvendo estratégias de escuta, acolhimento e resposta adequadas a cada situação¹⁸.

¹⁵ Parra et al. (2019).

¹⁶ Rosseti-Ferreira et al. (2012).

¹⁷ Kappler et al. (2019).

¹⁸ Kappler et al. (2019).

A empatia e a compreensão são capacidades essenciais para o tutor, permitindo que ele ofereça um suporte significativo e estável, criando um ambiente seguro para que a criança ou adolescente redescubra a confiança e a segurança que foram interrompidas.

Em resumo, o educador-tutor é mais do que um cuidador; ele representa um elo fundamental na construção de um atendimento individualizado, sendo a base para um acolhimento que respeita a singularidade de cada acolhido e promove seu desenvolvimento integral.

Apesar das inúmeras responsabilidades que esse papel exige, o educador-tutor não está sozinho. Ele conta com o apoio de toda a equipe da casa na resolução de conflitos e nos processos decisórios que afetam a vida do acolhido. Além disso, a supervisão institucional desempenha um papel fundamental, oferecendo ao tutor suporte contínuo e um espaço de reflexão sobre sua prática, garantindo que o trabalho de acolhimento seja feito com qualidade, equilíbrio e compromisso.

2. Supervisão

A complexidade do trabalho desenvolvido em serviços de acolhimento exige não apenas competência técnicas, mas também um olhar sensível e humanizado para as demandas emocionais e sociais dos acolhidos e seus familiares. Dessa forma, a prática da supervisão, como a realizada pela Santa Fé, surge como uma ferramenta importante para garantir a qualidade do atendimento e o bem-estar tanto dos profissionais quanto das crianças e adolescentes atendidos.

Na Santa Fé, o cuidado é o princípio que norteia todas as relações, como destaca um de seus profissionais:

“E o cuidado de quem tá cuidando também é importante; porque você não consegue fazer um trabalho com as crianças se você não tiver uma equipe cuidada” - Diretor da Santa Fé

A instituição trabalha com duas modalidades de supervisão, cada uma com objetivos e abordagens específicas. As reuniões semanais de **supervisão operativas** envolvem todos os funcionários das casas e são dedicadas à discussão da rotina, dos casos atendidos, das dificuldades, incômodos e conquistas vivenciadas no dia a dia. Esses encontros contam com o auxílio de um

psicanalista externo que atua como mediador da reflexão, proporcionando um espaço seguro para que os profissionais possam expressar suas angústias e desafios. Já a **supervisão institucional**, realizada com os coordenadores, é o espaço em que a equipe multidisciplinar se reúne para trocar conhecimentos e refletir sobre as questões da prática laboral. Nesse contexto, a supervisão também se configura como um local de suporte e qualificação para o tutor, que encontra ali o respaldo necessário para seu trabalho e a oportunidade de refletir sobre sua própria atuação¹⁹.

Ambas as supervisões ocorrem de maneira horizontal, sem hierarquia ou imposições, o que favorece o ambiente democrático e colaborativo. Essa abordagem corrobora para que os profissionais se sintam acolhidos e valorizados em suas práticas, condição necessária para oferecerem um atendimento de qualidade às crianças e adolescentes²⁰.

“Existe essa ideia de supervisão como supervisionar o trabalho de alguém. E existe a supervisão de uma dinâmica de grupo que trabalha junto (...) Você reúne a equipe e ela te traz uma situação que servirá como ilustração de algo que permeia alguma dificuldade inerente ao grupo – mesmo que o grupo não saiba, o que for trazido vai revelar alguma coisa que precisa ser exposta, conversada, discutida e eventualmente trabalhada” - Funcionário da Santa Fé.

Lidar diariamente com histórias de vulnerabilidade e sofrimento pode gerar desgaste emocional e dificultar uma aproximação saudável dos profissionais com os acolhidos e seus familiares. Ao trabalhar as questões pessoais e os desafios coletivos, a supervisão fortalece a cooperação entre os profissionais, promovendo um ambiente de trabalho motivador, que corrobora com o funcionamento harmonioso da instituição. Essa prática também contribui para a identificação e prevenção de conflitos, pois a troca de experiências e o estudo conjunto de casos específicos permitem que os profissionais ampliem seu repertório de intervenções e desenvolvam um olhar mais cuidadoso e sensível em relação aos acolhidos²¹.

Ou seja, os encontros de supervisão garantem que as equipes estejam alinhadas em relação ao objetivo de promover o bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos. A presença de um interlocutor externo ao ambiente também permite que haja uma distância de análise dos casos, conseguindo observá-los para além das percepções dos profissionais que lidam com os problemas e questões em suas rotinas.

¹⁹ Castanho et al. (2024).

²⁰ Santos (2024).

²¹ Altoe, Silva (2013).

Assim, ao oferecer um espaço de acolhimento para as dificuldades pessoais dos trabalhadores, a Santa Fé reconhece que o sucesso do trabalho desenvolvido depende diretamente do equilíbrio emocional e do bem-estar de sua equipe.

3. Assembleias

Para promover um ambiente de acolhimento seguro, saudável e propício ao desenvolvimento infantojuvenil, a Santa Fé buscou inspiração em práticas e metodologias de caráter democrático que garantem às crianças o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, conforme preconiza o ECA²².

Por isso, a escola inglesa Summerhill²³, fundada por Alexander Neill, é uma das principais referências da Santa Fé. Ela é reconhecida por seu princípio igualitário, em que o diálogo substitui as punições, as regras são estabelecidas coletivamente e as crianças e adolescentes podem decidir sobre seus caminhos pedagógicos, não havendo nenhuma atividade obrigatória. Essa metodologia favorece o desenvolvimento de autonomia e de responsabilidade de seus alunos, sem prejudicar seu aprendizado acadêmico. Esse método é reconhecido e aceito pelo sistema inglês de educação.

As assembleias dessa escola motivaram a Santa Fé a aderir a essas práticas. Na Santa Fé as assembleias formam um espaço de escuta e acolhimento, sem hierarquias de poder. Nelas, todos participam, desde funcionários até as crianças e adolescentes acolhidos. Neste momento são elaboradas as regras de convivência, solucionados os conflitos, celebradas as conquistas, apresentados os novos moradores e são tomadas decisões coletivas de forma transparente. Qualquer pessoa da casa, independentemente da idade ou função, pode solicitar uma assembleia, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas de forma equitativa.

A participação ativa das crianças e adolescentes nas assembleias possibilita um aprendizado prático sobre responsabilidade e cooperação²⁴. Em vez de punições, a Santa Fé prioriza o diálogo como ferramenta para um ambiente harmônico e respeitoso.

A ausência de punição e a construção de um espaço acolhedor e seguro dialogam com as propostas de Winnicott sobre o ambiente facilitador²⁵. Segundo sua teoria, o ambiente suficientemente

²² Lei 8069/90, artigo 15.

²³ Neill (1960).

²⁴ Neill (1960).

²⁵ Winnicott (1988).

bom é aquele que aceita e acolhe a imaturidade da criança, as contradições, os confrontos e a necessidade de procurar as próprias soluções. Famílias ou instituições sociais substitutivas devem criar um espaço de fala, de comunicação verdadeira e recíproca, que permita a essa criança pertencer, desenvolver sua identidade, sem punições ou retaliações.

“O Winnicot fala algo assim: os problemas podem surgir, mas eles não devem gerar retaliação, porque retaliação não é aprendizado” – Profissional da Santa Fé.

Nesse sentido, as assembleias desempenham um papel crucial no desenvolvimento da maturidade e da autonomia das crianças e adolescentes, uma vez que proporcionam esse espaço de escuta e participação ativa. Quando os acolhidos são incentivados a expressar seus desejos, construir vínculos e assumir responsabilidades, cria-se condições para que eles desenvolvam independência, maturidade emocional e social, e, em última análise, a capacidade de gerir a própria vida.

4. Trabalho coletivo e multidisciplinar

A complexidade das realidades vivenciadas por crianças, adolescentes e suas famílias no processo de acolhimento exige uma abordagem integrada. Nela, diferentes profissionais atuam de forma complementar, combinando suas especialidades para ampliar a compreensão dos casos e desenvolver estratégias de intervenção mais eficazes.²⁶

A atuação conjunta de assistentes sociais, psicólogos, educadores e outros profissionais das áreas da saúde e das ciências humanas permite uma análise mais ampla das situações, considerando aspectos sociais, emocionais, cognitivos e culturais. O diálogo interdisciplinar favorece o aprendizado contínuo, ampliando o repertório de estratégias de intervenção e promovendo o aprimoramento constante dos serviços prestados.²⁷

Trabalhar com uma equipe multidisciplinar possibilita a construção de Planos Individuais de Atendimento (PIA) com maior precisão, garantindo intervenções mais adequadas a cada acolhido.²⁸

²⁶ Barbosa et al. (2016); Rossetti-Ferreiral et al. (2012).

²⁷ Rossetti-Ferreiral et al. (2012).

²⁸ Couto, Rizzini (2021).

Cada profissional contribui com sua expertise para identificar demandas específicas e desenvolver estratégias que garantam um suporte adequado. Essa personalização do atendimento resulta em intervenções mais eficientes e no fortalecimento dos vínculos entre os profissionais, os acolhidos e as famílias atendidas²⁹.

Para que a abordagem da equipe multidisciplinar seja eficaz, o diálogo constante entre os profissionais é essencial. A falta de comunicação pode levar a intervenções fragmentadas e pouco efetivas, dificultando a identificação das reais necessidades das crianças, adolescentes e suas famílias³⁰. Além disso, a concentração de responsabilidades em poucos profissionais pode gerar sobrecarga e esgotamento, afetando tanto a qualidade do atendimento quanto o bem-estar da equipe. A distribuição equilibrada das tarefas permite que cada especialista se concentre em sua área de atuação, prevenindo o desgaste excessivo e garantindo um atendimento mais eficiente³¹.

Assim, a Santa Fé conta com um time de profissionais de diversas áreas que, junto com as supervisões, permite que a equipe troque conhecimentos, discuta desafios e aprimore sua prática.

5. Parcerias com setores público e privado

Ao longo de seus 30 anos de atuação, a Santa Fé se consolidou como uma organização de referência no acolhimento e apoio a crianças, adolescentes e suas famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. Um dos alicerces fundamentais para a qualidade do atendimento e a amplitude das ações desenvolvidas é a capacidade de estabelecer parcerias estratégicas com os setores público e privado. Essa articulação fortalece os programas da instituição e possibilita sua atuação em diversas frentes, desde as casas de acolhimento até o acompanhamento das famílias e o suporte no pós-acolhimento, integrando também o projeto Família Acolhedora.

As parcerias são essenciais para manter uma equipe multidisciplinar qualificada, além de contar com a colaboração de profissionais externos, como médicos e doulas, que oferecem suporte específico às meninas-mães e seus bebês. Esse conjunto de especialistas contribui para uma compreensão ampla das necessidades dos acolhidos, promovendo um ambiente seguro e acolhedor, onde suas vivências são respeitadas e acompanhadas de forma atenta.

²⁹ Couto, Rizzini (2021).

³⁰ Barbosa et al. (2016); Rossetti-Ferreiral et al. (2012).

³¹ Barbosa et al. (2016); Rossetti-Ferreiral et al. (2012).

A infraestrutura das casas de acolhimento também reflete o impacto das parcerias, permitindo que os espaços sejam organizados de forma a transmitir a sensação de lar. Isso se concretiza na manutenção de ambientes bem equipados, com mobiliário adequado e na disponibilidade de itens essenciais para os recém-chegados e para aqueles que estão deixando a instituição, assegurando condições dignas em cada etapa do acolhimento.

Além disso, as parcerias contribuem com a oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer dentro e fora das casas. A colaboração com diversas instituições privadas possibilita oficinas e eventos, como as atividades teatrais realizadas anualmente em parceria com o Colégio Santa Cruz. Essas experiências não apenas enriquecem o dia a dia dos acolhidos, mas também incentivam a socialização, o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento de novas habilidades.

No setor público, a Santa Fé mantém um diálogo contínuo com a rede de proteção, articulando-se com órgãos como o Conselho Tutelar, a Vara da Infância e Juventude e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Essa articulação é fundamental para garantir o acesso dos acolhidos aos seus direitos, bem como para defender sua permanência no acolhimento quando necessário. Um exemplo disso é a negociação para que jovens permaneçam na instituição mesmo após completarem 18 anos, caso ainda não tenham estrutura para uma vida independente.

No que se refere ao trabalho com as famílias, a instituição atua de forma integrada com a assistência social, promovendo a autonomia familiar e o fortalecimento de vínculos. O programa Construindo Pontes exemplifica essa atuação ao conectar os familiares a serviços essenciais, como saúde, educação e cadastrando em programas de transferência de renda. Enquanto isso, parcerias privadas ampliam as possibilidades de apoio às famílias, promovendo capacitação profissional e facilitando o acesso a profissionais de saúde em situações específicas, viabilizando a inclusão produtiva e o suporte psicossocial, fundamentais para garantir condições de vida dignas.

Por meio dessas colaborações, a Santa Fé expande suas ações para além das políticas públicas previstas, possibilitando desde atividades culturais e esportivas até encaminhamentos para o ensino superior e o mercado de trabalho. Esse modelo de atuação integrada favorece o desenvolvimento pleno e a autonomia dos acolhidos, ao mesmo tempo em que fortalece os lares de origem e contribui para o enfrentamento das desigualdades sociais. Dessa forma, a Santa Fé demonstra como a articulação entre diferentes setores pode ampliar o impacto das políticas de proteção e promoção de direitos, garantindo um futuro mais justo e digno para todos.

Pilares metodológicos

Ao abordar os pilares metodológicos da Santa Fé, este capítulo discute elementos essenciais que estruturam sua atuação. Como esses pilares estão interligados, muitos de seus aspectos dialogam diretamente entre si. Por exemplo, a linguagem afetiva e educação não punitivista, abordada no pilar Cuidado e Aconchego, também é fundamental em Criar e Fortalecer Raízes, Olhar Individualizado e Ambiente Democrático.

Além disso, os pilares se apoiam nos alicerces, que são a base da metodologia de atuação da Santa Fé, demonstrando como esses princípios orientam a rotina institucional. Dessa forma, a análise dos pilares permite compreender não apenas suas particularidades, mas também a forma integrada com que a Santa Fé estrutura seu acolhimento, garantindo um ambiente seguro, afetivo e voltado para a autonomia dos acolhidos.

1. Criar e Fortalecer Raízes

“Trabalho de recuperação da família, esse é o verdadeiro trabalho a favor da criança”

Profissional da Santa Fé.

A legislação brasileira, especialmente o ECA e a Lei da Adoção³², estabelece que a institucionalização deve ser temporária e excepcional, priorizando sempre o retorno ao convívio familiar ou, quando isso não for possível, a inserção em uma nova família. A manutenção desses vínculos afetivos e comunitários é essencial para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em situação de acolhimento³³. Ainda que, em muitos casos, o afastamento seja necessário para garantir proteção, ele não deve significar um rompimento definitivo. Por isso, os serviços de acolhimento devem atuar para fortalecer esses laços, favorecendo, sempre que possível, a reinserção familiar ou extensa³⁴ ou, em última instância, a adoção. A construção e preservação de relações afetivas estáveis são fundamentais para a formação da identidade e da personalidade³⁵, e rupturas abruptas podem gerar traumas profundos – o que reforça a necessidade de um trabalho cuidadoso e sensível.

Esse processo de resgate e fortalecimento de vínculos familiares exige uma atuação conjunta entre os serviços de acolhimento e a rede de proteção social³⁶, pois a pobreza e outras formas de exclusão podem prejudicar o desenvolvimento humano e distanciar pais e filhos, tornando-se um obstáculo para a reinserção familiar. Assim, para que o retorno familiar seja viável e seguro, é fundamental que políticas públicas e programas sociais garantam suporte às famílias, promovendo condições dignas e estabilidade financeira, permitindo que reassumam o cuidado de seus filhos³⁷.

A importância desse trabalho é reforçada no depoimento de um profissional da Santa Fé:

O pensamento *‘Vamos investir nessa criança para emancipá-la para livrá-la dessa família que a trouxe até aqui’ não faz sentido, porque essa família vai fazer falta para ela! O máximo que a gente pode fazer é dar o retorno de organizar essa família, senão vai ficar um buraco nisso tudo. Então, é*

³² Lei 12.010/2009.

³³ Blikstein, Reis (2023); Parra et al. (2019); Barbosa et al. (2016).

³⁴ Lei 8069/90, artigo 19; Blikstein, Reis (2023); Parra et al. (2019); Barbosa et al. (2016).

³⁵ Blikstein, Reis (2023); Parra et al. (2019); Barbosa et al. (2016).

³⁶ Barbosa et al. (2016).

³⁷ Barbosa et al. (2016).

importante olhar para a família sem desqualificá-la, porque cada criança tem a família possível e não a família desejável (...). E não importa se ela vai viver ou não com essa família, esses vínculos têm que ser preservados de alguma maneira – a não ser que seja uma questão de abuso e de violência extrema, que obviamente, aí precisa de um afastamento – mas se houver qualquer fio de possibilidade deve haver esforço e, às vezes, há até um afeto controvertido – por exemplo, uma mãe que não aceita a sexualidade da filha – mas você vê que atrás de tudo isso há um afeto dessa mãe que não sabe lidar com esse mundo que é diferente pra ela”.

Durante o período de institucionalização, as casas de acolhimento precisam ser estruturadas de forma a minimizar os impactos da separação familiar e criar raízes seguras para o futuro. As relações estabelecidas dentro da instituição, tanto com profissionais quanto com outras crianças e adolescentes, podem amenizar a ausência do convívio familiar, fortalecendo a resiliência e a autonomia dos acolhidos³⁸. Os educadores sociais desempenham um papel central nesse processo, pois muitos acolhidos já passaram por múltiplas perdas e afastamentos. Além de oferecer suporte prático, esses profissionais assumem um papel de referência afetiva, garantindo acolhimento emocional no dia a dia³⁹. A convivência com outros jovens institucionalizados também pode atuar como fator de proteção, proporcionando trocas de experiências e apoio mútuo diante dos desafios vividos⁴⁰.

O pilar Criar e Fortalecer Raízes reflete esse compromisso da Santa Fé com a manutenção e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Em diálogo com a literatura especializada, os próximos tópicos apresentarão as práticas adotadas pela instituição para promover um ambiente seguro, no qual crianças, adolescentes e suas famílias possam estabelecer relações de confiança e afeto, rompendo ciclos de violência e pobreza.

1.1. Manutenção do convívio familiar

A reintegração familiar vai muito além do retorno físico ao lar: ela exige um trabalho contínuo de fortalecimento de vínculos, superação de vulnerabilidades e criação de condições adequadas para que a família reassuma seu papel com segurança⁴¹.

³⁸ Kappler, Mendes (2019).

³⁹ Parra et al. (2019).

⁴⁰ Kappler, Mendes (2019).

⁴¹ Parra et al. (2019); Barbosa et al. (2016).

Para que esse processo seja eficaz, a atuação integrada da rede de proteção social é indispensável⁴². O acolhimento, muitas vezes, decorre de situações de negligência, abandono ou violência, e a reinserção familiar só pode ocorrer de forma segura após avaliações cuidadosas das condições emocionais e estruturais da família⁴³. Programas de fortalecimento familiar, com suporte psicossocial e inclusão social, são fundamentais para reduzir os riscos de novas violações de direitos. Essas iniciativas devem ser personalizadas, pois abordagens padronizadas não são eficazes para lidar com as complexas realidades das famílias. Cada caso requer um plano individualizado, considerando tanto a história da criança quanto a dinâmica familiar, sempre priorizando o interesse da criança e do adolescente⁴⁴.

“Tem que ter dinheiro para as famílias vulneráveis, mas eu tenho que trabalhar com elas. Eu tenho que fazer esse negócio de grupos, discussões, discutir os casos, discutir os momentos difíceis que estão acontecendo, tentar explicar por que essa criança faz isso ou faz aquilo; faz toda a diferença! (...) Garantir que essa criança dê certo no núcleo familiar (...). Você fica na dúvida se a política é feita mesmo para dar certo da criança voltar pra família. Porque se fosse mesmo para isso acontecer, você tinha que fortalecer muito mais essa devolução” – Profissional da Vara da Infância.

Atuação da Santa Fé no Processo de Reintegração

Diante dos desafios de reintegração, a Santa Fé desenvolveu o Programa Construindo Pontes, ampliando seu atendimento para além do acolhimento institucional. O programa atua na busca ativa de familiares, na mediação de conflitos e no suporte jurídico, garantindo que as famílias tenham as condições necessárias para reassumir seus filhos de maneira segura e definitiva. Com a equipe multidisciplinar e com a articulação dos parceiros públicos e privados, a instituição também promove atividades culturais, oficinas e palestras, incentivando a interação e o fortalecimento dos laços afetivos, além de promover a profissionalização e a articulação com a rede de assistência social, que evitam novas situações de risco.

⁴² Couto, Rizzini (2021).

⁴³ Couto, Rizzini (2021).

⁴⁴ Couto, Rizzini (2021); Barbosa et al. (2016).

A reinserção familiar é um processo complexo, que envolve dimensões jurídicas, sociais, emocionais e econômicas. Embora a legislação brasileira forneça um arcabouço normativo importante, sua efetivação depende da atuação qualificada e articulada das instituições de acolhimento e da rede de proteção social.

Mais do que simplesmente retornar para suas famílias, crianças e adolescentes precisam de um ambiente seguro e estável, onde possam se desenvolver de forma plena. O trabalho da Santa Fé demonstra que é possível fortalecer vínculos, romper ciclos de exclusão e garantir um futuro mais digno para os acolhidos⁴⁵. No entanto, para que essa transformação seja duradoura, é essencial que o Estado assuma seu papel, ampliando políticas públicas que garantam suporte contínuo a esses jovens e suas famílias.

1.2. Vínculo com os educadores

Como exposto, a formação de laços afetivos seguros e a construção de relações de confiança são fundamentais para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em acolhimento⁴⁶. Embora o acolhimento seja uma medida protetiva e temporária, ele pode gerar impactos negativos no desenvolvimento emocional, psicológico e social, especialmente quando prolongado⁴⁷.

“Eu sempre digo que a gente precisa tomar muito cuidado com o espaço de proteção pra ele não colocar mais em risco os direitos que já foram violados” – Assistente Social da Santa Fé.

No entanto, quando as instituições promovem um ambiente acolhedor e investem no estabelecimento de relações estáveis e afetuosas, elas conseguem minimizar esses impactos e preparar os acolhidos para um futuro mais promissor⁴⁸. Relações afetivas genuínas contribuem para o desenvolvimento integral, suprimindo, em parte, a ausência da convivência familiar e favorecendo a aquisição de competências sociais e cognitivas, que acarretam a formação de uma autoimagem

⁴⁵ Couto, Rizzini (2021); Parra et al. (2019); Barbosa et al. (2016).

⁴⁶ Couto, Rizzini (2021); Parra et al. (2019); Barbosa et al. (2016).

⁴⁷ Santos (2024).

⁴⁸ Parra et al. (2019); Siqueira, Dell'Aglio (2006).

positiva⁴⁹. Além disso, proporcionam um suporte essencial à resiliência, ajudando os acolhidos a enfrentar adversidades e a superar traumas⁵⁰. Essas relações funcionam como um fator de proteção, permitindo que os acolhidos compartilhem experiências, sentimentos e afetos, o que favorece o bem-estar e a qualidade de vida⁵¹. A presença de um ambiente acolhedor e o apoio emocional reduzem níveis de estresse e ansiedade, que são comuns em situações de instabilidade e de falta de continuidade nas relações afetivas⁵². Quando as instituições promovem um ambiente de proteção e confiança, elas oferecem um espaço onde os acolhidos podem se sentir seguros para explorar suas potencialidades e construir referenciais identificatórios⁵³.

“Essa questão da referência, pra quem sofreu um abandono, pra quem não tem uma base, é fundamental, é um laço de confiança, é com quem ela vai contar. É pra você que a adolescente vai chegar e vai contar ‘Fulana, hoje eu fumei maconha na escola’; é aí que ela vai contar, até pra testar você, pra ‘Deixa eu ver como a Fulana vai reagir’; porque depois de alguns meses que ela vem contar ‘Eu fui abusada pelo meu pai’. Então, essa referência é muito importante. É um outro diferencial que eu via” – Assistente social, ex-profissional da Santa Fé.

Atuação da Santa Fé na criação de vínculos com os educadores

Além da rotina comum do Minha Casa e da Vovó Ilza, a Santa Fé também promove as **assembleias** entre todos os moradores e profissionais, como uma forma de criar espaços de identificação e de formação de vínculos. A figura do **educador-tutor** também é essencial para esse processo, sendo um adulto que oferece suporte emocional e prático na vida daquela criança ou adolescente ao longo de sua estadia na casa e, futuramente, no seu pós-acolhimento.

⁴⁹ Kappler, Mendes (2019); Parra et al. (2019).

⁵⁰ Parra et al. (2019); Hueb (2016).

⁵¹ Kappler, Mendes (2019); Parra et al. (2019).

⁵² Santos (2024); Hueb (2016).

⁵³ Parra et al. (2019).

“A maior dificuldade está em conquistar a confiança, ter diálogo. Conseguir a confiança leva muito tempo. “Mas depois que elas passam a confiar em você é para sempre” – Educadora da Santa Fé.

É importante ressaltar, porém, que esses vínculos não devem substituir os laços familiares, mas sim servir como exemplo-base para uma eventual reintegração, seja na família de origem, na família extensa ou, em último caso, em uma família substituta⁵⁴.

Uma preocupação recorrente na literatura sobre acolhimento é a rotatividade de profissionais, o que pode dificultar a construção de relações de confiança⁵⁵. Para evitar esse problema, a Santa Fé não permite voluntários nas atividades rotineiras das casas, garantindo que os acolhidos não vivenciem novas experiências de abandono.

“Não tem voluntário porque todo o trabalho é estruturado em cima do vínculo. O voluntário vem, para, e a criança é abandonada de novo.” – Profissional da Santa Fé.

Além disso, a instituição adota uma estratégia singular: a contratação de ex-acolhidos em seu quadro de funcionários. Dessa forma, além de conquistarem autonomia e estabilidade financeira, eles tornam-se exemplos para os jovens ainda institucionalizados, demonstrando que é possível construir um futuro para além da proteção institucional.

1.3. Vínculo com a comunidade

Segundo o psicólogo Urie Bronfenbrenner⁵⁶, as interações sociais e afetivas com o mundo externo são essenciais para o pleno desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças e adolescentes⁵⁷. Em contextos de institucionalização, a formação de conexões significativas com o entorno comunitário não apenas facilita a reinserção familiar e social, mas também atua como um fator

⁵⁴ Parra et al. (2019); Hueb (2016).

⁵⁵ Santos (2024); Acioli et al. (2018); Siqueira, Dell'Aglío (2006).

⁵⁶ Bronfenbrenner (1990; 1996).

⁵⁷ Siqueira, Dell'Aglío (2006); Bronfenbrenner (1990; 1996).

protetivo contra a revitimização e a perpetuação de ciclos de violência e exclusão⁵⁸. Por isso, a comunidade emerge como um espaço relacional dinâmico, onde a criança ou adolescente pode reconstruir sua identidade social, resgatar o senso de pertencimento e desenvolver habilidades para enfrentar os desafios cotidianos⁵⁹.

Portanto, as instituições de acolhimento precisam estar abertas ao ambiente externo, como as escolas, os centros de saúde, espaços culturais e de lazer e outros locais comunitários, facilitando a integração social e a construção de redes de apoio que transcendem o ambiente institucional⁶⁰. Essa integração também contribui para a desconstrução de estigmas associados à institucionalização, permitindo que a comunidade reconheça e valorize o potencial desses indivíduos⁶¹.

A literatura, porém, alerta para os desafios estruturais que dificultam a efetivação da garantia desses direitos. A fragilidade das políticas públicas e a desresponsabilização do poder público podem levar à perpetuação de ciclos de violência e vulnerabilidade, dificultando a reinserção familiar e comunitária⁶². Além disso, a falta de comunicação e de objetivos comuns entre as entidades que trabalham com crianças e adolescentes em situação de risco pode dificultar o processo de desinstitucionalização e perpetuar a permanência prolongada nos abrigos⁶³.

Atuação da Santa Fé na criação de vínculos comunitários

A Santa Fé mais uma vez se destaca em sua atuação e empenho em promover a integração com a comunidade. Além do diálogo com os serviços de proteção social, previstos em lei – como o CRAS, o CAPS e o acesso ao Bolsa Família, por exemplo – a instituição também mantém diversas parcerias privadas que são essenciais para a efetividade de suas ações e a para a sustentabilidade da instituição. Parcerias com o Instituto Sedes Sapientiae, o Projeto Quixote, o Programa de Atendimento e Pesquisa em Violência e Estresse Pós-Traumático (PROVE) da UNIFESP e o Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente (CAAA) da UNIFESP permitem o atendimento integral à saúde física e mental dos acolhidos e seus familiares e lhes permite um contato ampliado com a comunidade.

⁵⁸ OMS (2006); Barbosa et al. (2016).

⁵⁹ Barbosa et al. (2016).

⁶⁰ Parra et al. (2019); Siqueira, Dell'Aglio (2006).

⁶¹ Parra et al. (2019).

⁶² Barbosa et al. (2016).

⁶³ Barbosa et al. (2016).

Na área da educação, a Santa Fé também possui algumas práticas que colaboram para a inserção dos acolhidos na sua comunidade escolar. A instituição, por exemplo, prioriza que as crianças e adolescentes não estejam matriculados nas mesmas escolas do bairro, de maneira que eles consigam se relacionar com outros da sua idade que vivem em situações distintas da institucionalizada, evitando a exclusão e a estigmatização desses sujeitos no espaço educativo. A Santa Fé também busca o amplo entendimento da situação da criança ou do adolescente quando há algum problema de indisciplina e/ou de baixo desempenho acadêmico. Nessas situações, além do diálogo com a escola, o educador tutor conversa individualmente com o acolhido e, quando necessário, traz também o ocorrido para as assembleias das casas. Dessa forma, procura-se uma solução coletiva, visando sempre o bem-estar da criança e do adolescente, preservando também os deveres institucionais que deve mantê-los matriculados na educação básica.

“A escola tem que ser parceira. Porque se a escola não tiver o entendimento de quem é essa criança, das necessidades de que ela precisa, do fortalecimento que ela precisa para dar conta das aulas dela e produzir bem, eles [os acolhidos] não ficam. Então, é uma guerra diária (...). Eu também tenho que acolher o que eles [escola] têm a dizer; porque, às vezes, é difícil a pessoa entender o contexto de acolhimento” - Educador da Santa Fé.

No campo da profissionalização, a Santa Fé encaminha jovens acolhidos e ex-acolhidos para o ensino superior e o mercado de trabalho, contando novamente com a colaboração de parceiros privados. Essa prática não apenas promove a autonomia, mas também contribui para a inclusão social e a redução das desigualdades.

Essas colaborações que a Santa Fé consegue estabelecer para além do previsto na política pública são exemplos de como a integração entre diferentes setores pode ampliar o impacto das políticas de proteção e promoção de direitos que afetam tanto os acolhidos quanto seus familiares. Em termos institucionais, essas parcerias com o setor público e com o privado também garantem a sustentabilidade das ações da Santa Fé e ampliam o seu alcance em prol do combate às violências contra crianças e adolescentes e aos ciclos geracionais de pobreza.

1.4. Fortalecer o Pós-Acolhimento

A transição para a vida adulta é um dos momentos mais críticos do acolhimento, visto que as redes de apoio ainda podem ser frágeis e estar em construção. Muitos desses jovens carregam consigo marcas profundas de experiências traumáticas anteriores ao acolhimento, como negligência, violência e abandono. Após deixarem a instituição, enfrentam dificuldades emocionais e de saúde mental, como ansiedade, depressão e estresse, além de uma fragilidade nos vínculos afetivos⁶⁴. Essa realidade pode favorecer o isolamento, o sentimento de desamparo e, em casos mais graves, o envolvimento com substâncias psicoativas ou comportamentos de risco⁶⁵.

Aos 18 anos, os adolescentes precisam sair das casas e proverem o próprio sustento em uma nova vida, o que torna ainda mais desafiadora sua continuidade nos estudos e, consequentemente, a conquista de trabalhos qualificados e estáveis⁶⁶. Para as meninas-mães, a situação se agrava, pois além de cuidarem de si mesmas, precisam garantir o bem-estar de seus filhos.

Além disso, o estigma social associado ao acolhimento institucional compromete a formação de novos vínculos e a integração comunitária. Muitos jovens enfrentam preconceito por terem vivido em abrigos, o que limita ainda mais suas oportunidades e reforça sentimentos de exclusão⁶⁷.

A importância do trabalho pós-acolhimento é evidente no depoimento de uma educadora do Programa Construindo Pontes, que relata o impacto da falta de apoio no momento da saída do acolhimento, principalmente na ausência de vínculos fortes familiares:

“Quando [o acolhido] sai, eu costumo dizer que é o desespero. Alguns saem com a família e não dá tempo de ter esse desespero todo, porque já tem um eixo; mas a gente tem muito caso de gente que não tem esse eixo. Aqui na Santa Fé a gente ainda tenta segurar, mas pela legislação sai com 18 anos, mas aqui a gente consegue segurar um pouco mais: o pessoal vai no fórum e pede mais um ano, dois anos, quando vê que a pessoa não está conseguindo. (...) Por isso que a gente quer mudar o contexto do trabalho, para não dar tempo de essa pessoa endoidar, se sentir sozinha”

Atuação da Santa Fé no Pós-acolhimento

⁶⁴ Santos (2024); Siqueira, Dell’Aglío (2006).

⁶⁵ Santos (2024); Siqueira, Dell’Aglío (2006).

⁶⁶ Santos (2024); Ferro et al. (2023); Couto, Rizzini (2021).

⁶⁷ Acioli et al. (2018); Siqueira, Dell’Aglío (2006).

Por reconhecer essa realidade, a Santa Fé oferece suporte pós-acolhimento, acompanhando os jovens na continuidade dos estudos, no acesso a cursos profissionalizantes e na busca por estabilidade financeira e habitacional. Essa assistência inclui ajuda financeira emergencial e apoio de moradia, garantindo que a transição para a vida adulta ocorra de maneira mais estruturada e segura. Além disso, muitos deles mantêm contatos com a casa e/ou com o seu educador-tutor, que se tornam sua rede de apoio para toda a vida.

No entanto, esse trabalho não pode depender exclusivamente das casas de acolhimento. Como pontua um profissional da Vara da Infância, a criação de políticas públicas específicas para essa fase é essencial:

“É um desafio tremendo preparar esses adolescentes para que eles vivam por conta própria. A Santa Fé faz um bom trabalho, mas precisa ser alguma coisa estruturada, não depender só do serviço de acolhimento. Tem que ser política pública. Política pública que vai falar ‘Vamos preparar esses adolescentes!’. Eles precisam estudar, precisam ter trabalho, tem que ter atendimento psicológico, tem que ter moradia por um tempo – alguma coisa que não seja só república; porque república é meio capenga. E tem vários países que já mudaram a lei, para que se prolongue para 21, ou até 25 anos a idade para que eles tenham que sair do serviço de acolhimento. Ou uma casa mais acompanhada do que a república, que tenha um educador, um tutor” - Profissional da Vara da Infância.

2. Olhar Individualizado

“A metodologia é a sensibilidade e o cuidado com cada um”

Conselheira da Santa Fé

O ambiente familiar oferece um cuidado individualizado e uma atenção particular, que são essenciais para o desenvolvimento saudável; algo que pode ficar comprometido durante o período de institucionalização, em que as crianças e adolescentes estão distantes de suas referências e convivem em uma casa com poucos adultos responsáveis por diversas crianças⁶⁸. Apesar dessa limitação, é

⁶⁸ Parra et al. (2019); Kappler, Mendes (2019).

possível criar mecanismos que promovam um olhar individualizado para os acolhidos e seus familiares, compreendendo suas angústias, desejos e dando espaço para que elaborem um sentido para o que estão vivendo. Esta atenção mais personalizada também significa compreender que há grupos de acolhidos que vivenciam fases específicas da vida e que exigem cuidados especiais, como as meninas-mães e os bebês.

Além disso, é fundamental quebrar estigmas e preconceitos relacionados ao acolhimento institucional. A visão preconceituosa em relação aos acolhidos e seus familiares não apenas prejudica a autoestima desses indivíduos, mas também dificulta sua inclusão social⁶⁹. Assim, o olhar individualizado para cada necessidade de quem chega nas casas de acolhimento, compreendendo sua história e a da sua família, de maneira livre de preconceitos, é um passo fundamental para evitar a repetição de violências e mitigar os problemas decorrentes do afastamento familiar⁷⁰.

A padronização e a burocratização do serviço de acolhimento, porém, podem dificultar o atendimento às particularidades de cada caso⁷¹. A Santa Fé, por sua vez, tendo a compreensão de que cada criança é única, adota diversas práticas que se alinham às melhores recomendações de um serviço de acolhimento eficiente e cuidadoso.

2.1. Trabalho sem preconceitos

Antes do acolhimento, a criança, o adolescente e a sua família já passaram por situações de violências e de invisibilidade na sociedade – muitas vezes até mesmo em instituições e redes de apoio que deveriam protegê-las. Por isso, o tratamento respeitoso e a não discriminação são cruciais para resgatar a dignidade, a autoestima e promover o desenvolvimento integral desses indivíduos que já foram marginalizados. Os serviços sociais e todos os profissionais que trabalham diretamente com as crianças, os adolescentes e suas famílias devem adotar uma postura aberta à diversidade, reconhecendo as múltiplas perspectivas e trajetórias⁷².

Como o objetivo da política pública de acolhimento infantojuvenil é a reinserção familiar, as famílias devem ser vistas e tratadas com respeito, sem o olhar julgador. A pobreza e a vulnerabilidade

⁶⁹ Gomes (2022); Couto, Rizzini (2021); Parra et al. (2019); Mata et al. (2017).

⁷⁰ Gomes (2022); Couto, Rizzini (2021); Parra et al. (2019); Mata et al. (2017).

⁷¹ Couto, Rizzini (2021); Parra et al. (2019).

⁷² Rosseti-Ferreira et al. (2012).

social são fatores que contribuem para a violação dos direitos de crianças e adolescentes e ainda é um fator que provoca muitas denúncias e casos de negligência familiar⁷³. Assim, ajudar a família a superar a privação material é fundamental para a garantia de direitos e para a promoção da dignidade, permitindo ainda uma reinserção mais segura e saudável⁷⁴.

Para que essa reinserção seja efetiva e conduzida da melhor maneira possível é essencial que a equipe técnica esteja preparada para receber e acolher as crianças e adolescentes e, também, atender e compreender suas famílias, reconhecendo suas realidades e desafios sem julgamentos. Por isso, promover formações da equipe e garantir um bom processo de contratação de funcionários é imprescindível para assegurar que a equipe esteja afinada aos valores da instituição e que compreenda melhor os contextos dos acolhidos e seus familiares⁷⁵.

“Não é qualquer pessoa que consegue dar conta dessa metodologia da Santa Fé. Ela depende de valores éticos, depende de um entendimento do mundo muito particular, um entendimento que vai além da garantia dos direitos como um discurso, (...) quando você está ali na situação do dia a dia que você tem que ter um nível de respeito, de compreensão, de interação com quem vive ali que não é qualquer um que tem. Eu entendo que para essa política ser implantada, a Santa Fé precisa de fato atuar na capacitação, na orientação e na seleção de pessoas”. – Conselheira da Santa Fé.

Atuação da Santa Fé no trabalho sem preconceitos

Como alicerce desse pilar, as práticas de supervisão da Santa Fé promovem um ambiente democrático e reflexivo que permitem revelar possíveis preconceitos e discuti-los em conjunto a fim de favorecer uma abordagem mais sensível, acolhedora e livre de julgamentos no trabalho com crianças, adolescentes e suas famílias.

Um profissional da Santa Fé relatou que a máxima empregada pela equipe ao discutirem casos de difícil convivência no interior das casas é a que: “se tiver pelo menos um acreditando ainda naquela

⁷³ Gomes (2022).

⁷⁴ Barbosa et al. (2016).

⁷⁵ Coalização Brasileira, Atricon (2024); Couto, Rizzini (2021); Gonçalves (2021); Hueb (2016); Organização Mundial da Saúde (2006); Siqueira, Dell'Aglio (2006).

criança, todos têm por dever acompanhá-lo no que ele está sugerindo”. Esse olhar atento e coletivo permite que preconceitos sejam quebrados e evita que violências sejam repetidas⁷⁶.

“A metodologia tem a ver com a ideologia: eu preciso acreditar nessa criança como se ela tivesse as potencialidades do meu filho se eu der as condições” - Profissional da Santa Fé.

No Programa Construindo Pontes, voltado para o cuidado familiar, os profissionais envolvidos precisam estar despidos de preconceitos para conseguirem se aproximar, compreender as dificuldades da família e atendê-la de forma eficiente. Funcionários relataram a prática de ir atrás da família em locais diversos, inclusive em bares. Essa flexibilidade de atendimento ocorre no intuito de ganhar confiança e resgatar essa família e não de provocar constrangimentos ou julgamentos; como conta uma conselheira:

“A desordem chega num tanto que as pessoas não vão mais [nos serviços de assistência social] porque elas não querem nem mostrar sua desordem. Quantos de nós, quando temos uma desordem na nossa vida muito grande, a tendência não é ir lá buscar ajuda. Então, eles se escondem, o Estado não possui essa busca ativa”.

O apoio oferecido às famílias vai além de um olhar assistencialista, visa também promover empregabilidade, educação e cuidado com a saúde mental.

Assim, desde a seleção e contratação de profissionais até as práticas de suporte às famílias para reintegração de suas crianças e adolescentes, a Santa Fé mantém o foco em um trabalho sem preconceitos.

Ao longo das entrevistas com os profissionais da instituição, ao serem questionados sobre como compor um bom quadro de funcionários, as respostas dos profissionais foram unânimes na noção de que para atuar nesse serviço é preciso acreditar no potencial do seu trabalho e no poder das crianças e adolescentes de se tornarem adultos autônomos e saudáveis.

⁷⁶ Couto, Rizzini (2021).

“Mas tem gente que chega com jeito para isso (...) de ter o olhar sensível, ter generosidade com as crianças, entender que a violência da criança não é contra ele – conseguir resistir a esses insistentes ataques de quebra de vínculo que a criança produz até ela conseguir ser sustentada pelo ambiente. Não é todo mundo que dá conta disso. Eu acho que, primeiramente, tem um viés ideológico, de como você vê o mundo (...) É um lugar que exige ferramentas muito além do amor. (...) Ele [acolhido] vai atacar aquele vínculo que ele mais se interessa, para ver se o sustenta. E como que alguém pode entender isso sem ter uma amplitude maior de como olhar para o mundo. (...) Quem não entende que as pessoas podem passar por processos violentos, agressivos, e, no entanto, aquilo ser gerado por uma questão que pode ser tratada – quem não pensar em um mundo que pode ser tratado – não cabe nesse lugar!” – Educador da Santa Fé.

2.2. Especificidades das meninas-mães

A maternidade precoce, especialmente quando vivida por meninas que sofreram violência ou se encontram em casas de acolhimento, é uma realidade marcada por desafios profundos e complexos⁷⁷. Essas jovens enfrentam uma série de particularidades que demandam atenção especial para garantir o desenvolvimento adequado delas e de seus bebês. A experiência de se tornar mãe nessa fase da vida é atravessada por questões como a falta de apoio, a violência, a imaturidade emocional, a inversão de papéis (da dependência infantil para a responsabilidade materna) e a necessidade de construir uma nova identidade, o que torna essencial uma abordagem sensível e multidisciplinar⁷⁸. Nesse contexto, a teoria do psicanalista e pediatra Donald Winnicott oferece contribuições significativas para a compreensão da

⁷⁷ Carvalho (2022).

⁷⁸ Carvalho (2022).

maternagem, enfatizando a importância do ambiente e do **desenvolvimento emocional primitivo** no cuidado do bebê⁷⁹.

Winnicott desenvolve o conceito de **mãe suficientemente boa**⁸⁰, que reconhece a complexidade do processo de gestação e de maternidade, mas compreende que a mãe é capaz de se adaptar às necessidades do bebê, oferecendo um **ambiente facilitador** para o seu desenvolvimento emocional, ou seja, essa adaptação não exige perfeição, mas sim uma sensibilidade às demandas do bebê. Para meninas em acolhimento, que muitas vezes não tiveram um ambiente de cuidado suficientemente bom na infância, desenvolver essas habilidades pode ser um desafio⁸¹.

Além da relação com o bebê, meninas que sofreram maus-tratos na infância podem apresentar dificuldades em estabelecer relacionamentos saudáveis, tanto com suas famílias quanto com seus parceiros, o que é agravado pela falta de apoio durante a gravidez e a maternidade⁸². A violência vivenciada por essas jovens muitas vezes se manifesta como dificuldades em expressar emoções e em aceitar ajuda, o que pode levar ao isolamento e à repetição de ciclos de violência e abandono.

É preciso considerar também que a experiência da maternidade é única para cada adolescente e a abordagem no acolhimento deve se atentar às necessidades de cada mãe e da sua história pessoal, com profissionais sensíveis para compreender as dificuldades e angústias da jovem, respeitando seu tempo e ritmo, reconhecendo também que a maternidade

Conceitos de Winnicott

- **Mãe suficientemente boa:** Conceito que se refere a uma mãe capaz de se adaptar às necessidades do bebê, oferecendo um ambiente facilitador para seu desenvolvimento emocional. Essa adaptação não exige perfeição, mas sim uma sensibilidade às demandas do bebê.
- **Desenvolvimento emocional primitivo:** Winnicott enfatiza que a saúde mental de um indivíduo está relacionada ao seu desenvolvimento emocional primitivo, que depende da qualidade da relação inicial com a figura materna.
- **Ambiente facilitador:** Refere-se às condições necessárias para que o bebê desenvolva seu potencial de forma saudável. A qualidade do ambiente depende da relação entre a mãe e o bebê, e também do suporte que ela recebe do ambiente social ao seu redor.

⁷⁹ Winnicott (1988).

⁸⁰ Winnicott (1988).

⁸¹ Santos, Mota (2014).

⁸² Andrade et al. (2015).

na adolescência é um fenômeno complexo que vai além de uma simples questão de idade⁸³.

Atuação da Santa Fé na atenção às meninas-mães

A Santa Fé, desde a sua fundação, mantém o compromisso de dar atenção às especificidades das meninas-mães, destacando-se por possuir uma casa de acolhimento própria para esse grupo. A instituição reconhece que a maternidade é um momento importante e complexo para todas as mulheres e, por isso, merece um cuidado especial que garanta o desenvolvimento saudável da criança/adolescente mãe ou gestante e do seu bebê. Inspirada na teoria de Winnicott, a Casa Vovó Ilza oferece um suporte emocional e prático, em um ambiente de cuidado sensível e adaptado, que permite que essas jovens construam uma relação mãe-filho positiva.

“A ideia é que [a casa Vovó Ilza] seja um lugar de avó, para acolher a adolescente e a criança e dar um repertório para a menina sobre o cuidado – como que vou ser mãe? - inclusive porque é fruto de abuso. Elas não têm repertório de maternagem, como vão ter se nunca foram cuidadas?” –

Profissional da Santa Fé.

Diante de um prévio ambiente conturbado na infância e na adolescência, a Casa Vovó Ilza busca promover uma outra experiência de cuidado e de afeto para as meninas que chegam ali, apresentando a elas novas possibilidades de diálogo e carinho para que possam desenvolver sua maternagem⁸⁴. A partir do suporte específico dos educadores da casa e do convívio com outras meninas que passam por situações semelhantes às suas, as mães e gestantes possuem uma rede de apoio que permite que elas se conectem a seus filhos no seu tempo, sem que isso prejudique o desenvolvimento dos bebês, os quais também dependem da figura materna para o seu crescimento saudável⁸⁵.

No contexto de acolhimento, a maternidade pode se apresentar como uma oportunidade de construir um novo projeto de vida, diferente do vivenciado na infância, mesmo que a gravidez não tenha

⁸³ Carvalho (2022); Kruel, Souza (2014).

⁸⁴ Winnicott (1988).

⁸⁵ Winnicott (1988).

sido planejada⁸⁶. Para muitas dessas jovens, tornar-se mãe é uma forma de se tornarem visíveis para o mundo, assumindo um papel social significativo⁸⁷. Nesse sentido, a Santa Fé criou a Casa Vovó Ilza não apenas no intuito de educar as jovens mães a lidarem com essa nova etapa da vida, mas também de criar um ambiente de apoio para que essas meninas possam desenvolver sua subjetividade e construir uma identidade além da maternidade. Ao longo das entrevistas, foram citadas diversas vezes a preocupação em olhar para as meninas também como crianças e adolescentes que possuem especificidades próprias da idade, e não apenas como jovens mães.

“Com essa separação [das casas], as meninas-mães, adolescentes, tem um cuidado específico com seus bebês, quando futuramente elas vierem a maternar. Lá elas são maternadas para futuramente maternarem seus bebês. A escolha de ser mãe ou não. Ser mãe e poder estudar, fazer faculdade, brincar – porque, às vezes, é uma criança de 12, 13 anos com um bebê também; são duas crianças. Além de ser mãe, são crianças também” – Educador da Santa Fé.

A Santa Fé procura reproduzir na Casa Vovó Ilza um ambiente facilitador, com suporte emocional, orientação e ajuda prática para essas jovens se sentirem seguras e confiantes em sua capacidade de cuidar de seus filhos. Em entrevista com duas mães da Vovó Ilza, uma que passou por lá e outra que mora atualmente na casa, ambas pontuaram a rede de apoio que possuem para manejarem a necessidade de estudarem, de eventualmente precisarem trabalhar e de cuidarem dos filhos, como contou uma delas: *“Quando acontecia de ‘hoje eu não tô num dia legal, eu tô sem paciência, você pode ficar com o meu filho?’ Sempre ficaram. Então, você tem um suporte emocional bem grande lá”.*

Em resumo, a gravidez e a maternidade na infância e adolescência, especialmente para meninas que sofreram violência ou estão em casas de acolhimento, são experiências complexas que exigem uma abordagem multidisciplinar, sensível e individualizada. A teoria de Winnicott oferece uma base valiosa para compreender a importância de um ambiente de cuidado sensível e adaptado, tanto para o desenvolvimento emocional do bebê quanto para a construção do papel materno dessas jovens. Assim, a Casa Vovó Ilza consegue chegar o mais próximo de um ambiente facilitador, algo que ficaria comprometido em uma casa onde essas mães também compartilhariam experiências com outras meninas e meninos que não vivenciam a maternidade. A atenção à maternagem em casos de meninas-

⁸⁶ Ribeiro, Domingues (2019); Carvalho (2022).

⁸⁷ Santos, Motta (2014).

mães é essencial para a promoção de um futuro saudável e autônomo para ambas as gerações, das mães e de seus bebês.

“A casa das meninas-mães é um projeto inovador! Elas compartilham coisas parecidas, que os demais acolhidos não vivenciam. Há vivências específicas para quem vai ter um bebê, é um momento importante e delicado da vida da mulher” – Profissional da Vara da Infância.

2.3. Especificidades dos bebês

Assim como para as meninas-mães é importante ter um espaço específico para desenvolverem sua maternagem, os bebês também necessitam de cuidados especiais para que possam evoluir de maneira saudável. Relações seguras e afetivas têm um papel fundamental nesse estágio de desenvolvimento da criança, pois as bases de sua identidade e da capacidade de estabelecer relações estão sendo criadas⁸⁸. Essa construção de vínculos afetivos poderá ter desdobramentos muito importantes ao longo da vida, como o aumento da autoestima e da capacidade de estabelecer relações construtivas e de confiança, além de influenciar diretamente o desenvolvimento físico e cognitivo⁸⁹.

A ausência de um cuidador consistente ou a ruptura desses vínculos pode resultar em atrasos no desenvolvimento da criança, dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento⁹⁰. Nesse sentido, a institucionalização precoce, especialmente em ambientes que não oferecem atenção individualizada, pode ser extremamente prejudicial. A privação de um ambiente acolhedor e estimulante pode levar a consequências como o hospitalismo e a depressão anaclítica, condições que afetam profundamente o desenvolvimento físico e emocional da criança⁹¹.

Como já pontuado no tópico anterior, a abordagem de Winnicott destaca que o ambiente e a qualidade dos cuidados oferecidos têm grande importância, especialmente nos primeiros anos de vida, quando o bebê está mais vulnerável e dependente de uma figura de apego consistente⁹². Winnicott

⁸⁸ Valente (2021).

⁸⁹ Prefeitura de São Paulo (2023); Palacios (2021); Nunes et al. (2021).

⁹⁰ Parra et al. (2019); Moura, Amorim (2013).

⁹¹ Parra et al. (2019).

⁹² Winnicott (1988).

ressalta que os bebês nascem com uma predisposição natural para formar laços afetivos, e a presença de uma figura de cuidado consistente é essencial para seu desenvolvimento socioemocional⁹³.

Atuação da Santa Fé na atenção aos bebês

No contexto do acolhimento da Casa Vovó Ilza, além do suporte dos profissionais às meninas-mães na rotina diária e na construção da maternagem, os bebês também são acolhidos e cuidados por uma equipe multidisciplinar que, junto à mãe, constituem-se como figuras estáveis e atentas ao seu desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, proporcionando sentimentos de segurança e afeto. A presença de fonoaudiólogo, psicólogos e educadores permite que os bebês sejam acompanhados no aprendizado da linguagem e recebam um cuidado personalizado ao longo do seu crescimento.

Independentemente da modalidade de acolhimento escolhida, institucionalizados com ou sem as mães ou em Família Acolhedora, o foco principal é oferecer um ambiente seguro, afetivo e estimulante para o crescimento do bebê. A capacitação dos profissionais que atuam nas casas de acolhimento e o acompanhamento das figuras de apego – a mãe ou a família acolhedora – são essenciais para que eles estejam preparados para interpretar as necessidades dos bebês e responder de forma adequada, garantindo que ele possa se desenvolver de forma plena e saudável⁹⁴.

3. Cuidado e Aconchego

“A grande mola deste trabalho é a ternura”

Profissional da Santa Fé.

Promover um ambiente de cuidado e aconchego nos serviços de acolhimento é essencial para que as crianças e os adolescentes se sintam seguros e aceitos em suas individualidades. O ambiente

⁹³ Winnicott (1988).

⁹⁴ Lavrador (2024); Parra et al. (2019); Moura, Amorim (2013).

acolhedor é importante para o desenvolvimento de todos os sujeitos e torna-se urgente ao olharmos crianças e adolescentes afastados de suas famílias, distantes de suas referências. A ausência de figuras de cuidado significativas exige das casas de acolhimento um forte trabalho de estabelecimento de vínculos afetivos com o recém-chegado⁹⁵, que pode ser facilitado a partir de um ambiente acolhedor, com estrutura física adequada, recepção calorosa, mas sem ser invasiva, e respeitando o tempo da criança ou adolescente⁹⁶. É esse cuidado que permite que as interações sociais estabelecidas dentro da nova casa se tornem trocas de afeto e relações de confiança⁹⁷.

Essa preocupação com o ambiente e com o bem-estar dos acolhidos da Santa Fé apareceu na fala de diversos entrevistados – profissionais das casas ou da rede de assistência social e de ex-acolhidos. Além de detalhes da estrutura e da rotina das casas, há esse cuidado já nos nomes dos lares de acolhimento que foram escolhidos no intuito de evitar o estigma da institucionalização. Como explica uma funcionária:

“Brigamos para a criança não estar institucionalizada e de repente o SAICA?! (...) Aí a gente tira também isso. O nome do Minha Casa é porque uma menina não queria ir para escola, porque as meninas debochavam dela – porque ela era de abrigo – e ela não queria que as pessoas soubessem que ela era de abrigo. ‘Ora, fala que você mora na sua casa - então virou o Minha Casa (...) [Sobre a Casa Vovó Ilza] A ideia é que seja um lugar de avó, pra acolher a adolescente e a criança e dar um repertório para a menina sobre o cuidado” – Profissional da Santa Fé.

Nesse pilar é abordado a importância do cuidado e como ele transparece nas práticas da Santa Fé a partir do zelo estrutural das casas, dos detalhes da rotina, na construção de uma linguagem afetiva e por meio de atividades de lazer, educação e saúde que reforçam o olhar individualizado discutido anteriormente.

⁹⁵ Kappler, Mendes (2019).

⁹⁶ Santos (2024); Parra et al. (2019).

⁹⁷ Parra et al. (2019).

3.1. Ambiente confortável, acolhedor e seguro

A institucionalização, embora necessária em muitos casos, traz consigo desafios significativos, como a ruptura de vínculos familiares e comunitários, a perda de referências identitárias e a exposição a situações de estresse e ansiedade⁹⁸. Diante disso, é essencial que as casas de acolhimento não sejam apenas espaços de proteção física, mas também ambientes de proteção emocional, de acolhida empática, de respeito à individualidade e de sensação de pertencimento, aproximando-se da ideia de um lar⁹⁹.

Nesse contexto, os cuidadores nas casas de acolhimento assumem um papel crucial, pois são eles que podem oferecer a estabilidade emocional necessária para que essas crianças se sintam seguras e valorizadas¹⁰⁰. A acolhida empática, livre de preconceitos e julgamentos, é essencial para que os jovens se sintam compreendidos e aceitos em sua singularidade. Criar esse ambiente de fato, porém, depende de práticas cotidianas e sutis, que abram espaço para o recém-chegado se sentir acolhido e seguro, podendo construir novas relações.

Atuação da Santa Fé na promoção de ambientes confortáveis e seguros

Na Santa Fé há alguns protocolos para que a recepção das crianças e adolescentes ocorra de maneira empática, com foco no seu bem-estar¹⁰¹:

- Ao chegarem nas casas, Minha Casa e Vovó Ilza, todos recebem um enxoval novo, que será seu, de uso pessoal.
- A criança ou o adolescente conhece o ambiente físico, o seu quarto, sua cama e seu companheiro de dormitório. Eles também são apresentados para todos os moradores da casa em uma assembleia coletiva.
- Não há nenhum interrogatório ou perguntas específicas sobre a trajetória desse recém-chegado em nenhum desses momentos. Isso permite que eles não se sintam pressionados e lhes dá o

⁹⁸ Santos (2024).

⁹⁹ Parra et al. (2019).

¹⁰⁰ Kappler, Mendes (2019).

¹⁰¹ Em contraposição a esse cuidado, ouvimos relatos de funcionários de crianças que chegaram transferidas de outros abrigos com suas roupas pessoais dentro de sacos de lixo.

tempo necessário para processar a situação de acolhimento ou a transferência de um outro abrigo.

- No intuito de promover uma recepção calorosa, pergunta-se qual é o prato preferido da criança ou adolescente para que esse cardápio seja providenciado logo após a sua chegada.
- No caso das meninas-mães que só são encaminhadas para a Casa Vovó Ilza após o parto, um educador vai até o hospital e se apresenta para a jovem, buscando uma aproximação antes mesmo de sua chegada na casa.

Esses detalhes produzem efeitos positivos, como contou um ex-acolhido:

“Eu chegava nos lugares, recebia um pedaço de sabão em barra, uma roupa com carimbo da instituição; você ia lá tomar um banho, ia para um refeitório cheio de crianças (...). Você não tinha um lugar de escuta. E no outro dia você já estava na rua de novo. Na Santa Fé foi totalmente diferente. Na chegada, eu tive um acolhimento diferenciado, de você sentir que as pessoas que estão ali te acolhendo querem saber de você, estão interessados em você. A gente, enquanto ser humano, a gente sente o carinho, o afeto. Então, a gente sente esse diferencial. Eu já senti isso logo de cara. Isso me fez ficar. E não tive também um interrogatório. Porque você chegava nos outros lugares, era interrogado. Parecia que você estava numa sala policial” – Ex-acolhido do Minha Casa.

Outros cuidados também são postos em prática ao longo da vivência na casa e até mesmo no momento de partida:

- As mesas das refeições são sempre postas de maneira completa, organizada e bem decorada. Não é permitido o uso de celular nestes momentos, estimulando a convivência coletiva.
- No momento de partida das casas – para o retorno familiar, adoção, em casos de transferências ou após chegar à maioridade – os jovens recebem um enxoval de suporte para a nova residência. Também é realizado um evento de despedida. Esse cuidado na saída das casas contribui para a celebração dos vínculos afetivos e sociais que foram ali estabelecidos, reforçando a relação de confiança que se construiu ao longo do processo de acolhimento.
- As roupas das crianças e dos adolescentes costumam ser oriundas de doações. Porém, a Santa Fé também consegue garantir que os acolhidos saiam e escolham suas próprias roupas. Devido às limitações financeiras dos projetos, essa prática é mais eventual e ocorre principalmente entre os adolescentes, havendo também um limite de valor.

Um outro destaque da Santa Fé na sua busca por promover um espaço mais próximo possível de um lar é o seu cuidado com o ambiente físico das casas. Estruturas adequadas, com espaços aconchegantes e organizados, contribuem para que as crianças se sintam protegidas e confortáveis¹⁰².

“Era uma casa muito acolhedora. E ela [diretora da Santa Fé] ainda reclamava muito da casa, mas eu falava ‘Nossa, que ajeitada!’, mas eu achava muito bem cuidada a casa. Mas ela estava muito insatisfeita da casa nesse momento, reclamando muito. Mas eu não estava acostumada a ver casas de acolhimento tão ajeitadas assim. Ela não gostava de nada quebrado na casa, porque ela achava que aquilo abria algumas feridas emocionais na criança. E eu achava, sei lá, pode ser... mas pensava assim: as crianças já vêm de um lugar de tanta vulnerabilidade, como assim isso vai criar uma ferida? Vai abrir feridas nas crianças? Eu ficava impressionada com esse olhar! Eu vinha de um lugar que a situação era muito mais de trabalho difícil, precarizado (...). Achei a princípio excessivo, mas depois eu entendi que aquilo fazia diferença para os acolhidos” – Funcionária da Vara da Infância.

Esse zelo com espaço físico – considerado excessivo para quem se depara com situações mais precárias e/ou possui um olhar assistencialista, que considera estar fazendo um favor ou uma caridade acolher crianças e jovens em contextos vulneráveis – vai ao encontro do propósito da Santa Fé de compreender que as crianças são comuns e totais. Ou seja, merecem o mesmo cuidado, afeto e oportunidades que qualquer outro infante. Na impossibilidade de garantir todos os seus direitos e oportunidades igualitárias devido aos limites institucionais e à desigualdade estrutural, a Santa Fé busca trazer o máximo de conforto possível para que essas crianças e jovens consigam vislumbrar, a partir do presente, a possibilidade de um futuro estável e aconchegante.

“Tudo tem que estar muito bom para as crianças: móveis bonitos, roupas bonitas, tudo muito bem cuidado. Para que as crianças pudessem sentir que aquilo é um direito delas, aquela forma de vida. Não pensassem que estamos fazendo um favor para eles. Porque se a gente fala que as crianças são comuns e totais, que se parecem com meus netos, com meus filhos, elas têm que ter as mesmas condições. Isso eu não via em outros lugares” – Profissional da Santa Fé.

¹⁰² Santos (2024); Parra et al. (2019).

Assim, a criação de um ambiente confortável, aconchegante e seguro nas casas é fator importante para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A acolhida empática, o respeito à individualidade e o conforto do lar corroboram para a construção de vínculos afetivos seguros que são tão importantes de serem estabelecidos em situação de acolhimento institucional.

3.2. Rotina e atividades externas

Ainda compondo o pilar sobre a importância de um ambiente confortável e aconchegante, a rotina e as atividades internas e externas às casas desempenham um papel fundamental no progresso das crianças e adolescentes institucionalizadas. A estruturação de uma rotina consistente e a oferta de atividades diversificadas são essenciais para promover o bem-estar emocional, social e cognitivo desses jovens, além de contribuir para a ressignificação de suas histórias de vida¹⁰³. O abrigo, além de um local de moradia, é um espaço que deve promover diversas atividades, interações e desenvolver relações recíprocas de poder, afeto e equilíbrio¹⁰⁴.

*“Precisa ser um ambiente minimante previsível, como um lar, o mais próximo possível de um lar, que organize a vida de alguém. Quando isso vai aparecendo, vão aparecendo também as histórias” –
Profissional da Santa fé.*

A rotina, quando bem estruturada, oferece previsibilidade e segurança, elementos cruciais para crianças e adolescentes que muitas vezes vivenciaram situações de instabilidade e trauma¹⁰⁵. Atividades como brincadeiras, tarefas escolares, refeições compartilhadas e momentos de lazer ajudam a criar um ambiente organizado e acolhedor. No entanto, é importante que essas atividades não sejam padronizadas, mas sim adaptadas às necessidades e interesses individuais de cada criança. A padronização do atendimento, apontada como um desafio pela literatura, pode limitar a expressão da

¹⁰³ Parra et al. (2019); Gonçalves et al. (2021).

¹⁰⁴ Parra et al. (2019); Moura, Amorim (2013).

¹⁰⁵ Parra et al. (2019); Moura, Amorim (2013).

singularidade de cada indivíduo, reforçando a importância de considerar a história de vida, a faixa etária e as preferências de cada jovem na rotina da casa¹⁰⁶.

Além das atividades internas, a relação com o ambiente externo é um fator determinante para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Quanto maior for a abertura do abrigo para o ambiente externo e as trocas com outras instituições sociais, melhores serão as possibilidades de horizontes desses jovens, permitindo que construam novas relações e se sintam integrados à comunidade¹⁰⁷.

Para crianças e adolescentes com vivência de rua, que estão acostumados a circular pelo território e superar desafios diários, o confinamento às instituições sem estímulos pode ser prejudicial, levando-os a desistir do acolhimento¹⁰⁸. Portanto, é essencial que as unidades de acolhimento promovam a circulação no território e o acesso a atividades externas, como esportes, cursos e eventos culturais, que contribuam para o desenvolvimento de habilidades sociais e para a construção de uma identidade positiva.

Atuação da Santa Fé na organização da rotina e das atividades externas

Sabendo da importância da rotina e da oferta de atividades diversas, a Santa Fé consegue promover diversas atividades como oficinas culturais, esportivas e de lazer, além de parcerias com escolas de inglês e outros projetos educativos. A oferta dessas atividades, porém, depende muito das parcerias privadas que a Santa Fé consegue estabelecer, em que educadores e outros profissionais promovem oficinas, palestras e demais atividades.

As atividades internas ou externas das quais cada criança e adolescente participa também organizam sua rotina. Com exceção da escola, direito e dever de todos, os demais compromissos e afazeres são opcionais, não havendo nenhuma outra atividade obrigatória. No interior das casas, as

¹⁰⁶ Parra et al. (2019); Kappler, Mendes (2019).

¹⁰⁷ Parra et al. (2019); Moura, Amorim (2013).

¹⁰⁸ Couto, Rizzini (2021).

crianças e jovens possuem autonomia para organizarem seu tempo e contam com uma infraestrutura grande, com espaços amplos para brincarem, além de sala de TV e de descanso.

Contudo, na Santa Fé há também regras estabelecidas que precisam ser cumpridas e que são importantes para o amadurecimento dos infantes. Assim como em um lar, o Minha Casa e a Vovó Ilza contam com uma rotina planejada para promover estabilidade e segurança para os acolhidos. Além dos horários específicos para as refeições, também é estabelecido o momento para ir dormir que é precedido da preparação para ir à escola no dia seguinte.

3.3. Linguagem afetiva e educação não punitivista

Muitas pedagogias há tempos defendem a importância de se trabalhar uma linguagem afetiva e uma educação não punitivista para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Esse tema ganha relevância ao olharmos indivíduos em acolhimento institucional devido à complexidade das vivências e das necessidades emocionais desses sujeitos. Crianças e adolescentes em situação de acolhimento frequentemente carregam históricos marcados por violência, negligência e rupturas de vínculos afetivos, o que pode gerar comportamentos agressivos e dificuldades de expressão¹⁰⁹. Diante disso, a adoção de uma abordagem que priorize o afeto, a escuta e a compreensão, em detrimento de práticas punitivas, torna-se fundamental para ressignificar suas experiências e possibilitar mudanças de comportamento.

*“Se eu aprendo a falar das minhas emoções, da minha contrariedade, eu não preciso bater” –
Profissional da Santa Fé.*

A agressividade, muitas vezes manifestada por essas crianças e adolescentes, não pode ser entendida como um traço inerente à sua personalidade, mas sim como uma forma de comunicação, um apelo por ajuda ou uma reação a um ambiente que não ofereceu as condições necessárias para o seu desenvolvimento emocional¹¹⁰. Com essa compreensão, a Santa Fé se inspira nos trabalhos

¹⁰⁹ Couto, Rizzini (2021); Kappler, Mendes (2019).

¹¹⁰ Silva (2024); Couto, Rizzini (2021); Kappler, Mendes (2019).

psicanalíticos de Winnicott e na metodologia da escola Summerhill, na Inglaterra, para pautar suas práticas com foco na linguagem afetiva e na ausência de punição.

Winnicott destaca em sua obra a importância do ambiente no desenvolvimento infantil, enfatizando que a privação de cuidados afetivos e a falta de um ambiente suficientemente bom podem levar a comportamentos delinquentes e agressivos¹¹¹. Para ele, a agressividade não é um problema em si, mas uma resposta a frustrações ambientais e à ausência de continência emocional. Essa ideia sugere que o ambiente deve ser capaz de acolher e transformar as expressões de ódio e agressividade em experiências de cuidado e afeto, sem recorrer a punições ou repressões¹¹². Assim, no contexto de acolhimento, o papel das instituições é justamente oferecer um ambiente que sustente e contenha essas crianças e adolescentes, ajudando-os a lidar com suas emoções e a construir novos repertórios de comunicação¹¹³.

A escola Summerhill, por sua vez, oferece um modelo prático de como essa abordagem pode ser aplicada. Essa escola é conhecida por sua filosofia antipunitivista e por promover um ambiente de liberdade, respeito e compreensão¹¹⁴. A ausência de punições e a ênfase no afeto e na aprovação criam um espaço onde as crianças se sentem seguras para expressar suas emoções e desenvolver suas potencialidades.

Atuação da Santa Fé na linguagem afetiva e na educação antipunitivista

Na Santa Fé, a aplicação desses princípios de fato foi transformadora na vida de crianças e adolescentes que passaram pela instituição. Ex-acolhidos da Santa Fé relataram como foi para eles lidarem com a agressividade e as angústias quando chegaram ali e de como os profissionais das casas sustentaram suas destrutividades a partir do afeto.

“Naquela época eu pensava assim: é muito fácil você gostar de uma pessoa que é boa, uma pessoa que está sempre sorrindo (...). E como eu era muito desconfiada, na minha cabeça eu pensava assim: eu vou ser uma pessoa horrorosa e se mesmo assim ela continuar insistindo em mim é porque ela

¹¹¹ Winnicott (2005; 1988).

¹¹² Winnicott (2005; 1988).

¹¹³ Kappler, Mendes (2019).

¹¹⁴ Neill (1960).

gosta de mim! Porque é fácil gostar de uma pessoa boa. [Fiz isso] para poder confiar nela. (...) Ela sempre enxergou uma coisa que eu nunca enxerguei e isso me fez sentir acolhida. Porque na minha história de vida, o meu conceito de amor são atos, não são falas, toque...” – Ex-acolhida da Casa Vovó Ilza.

A criação de espaços de escuta e diálogo, onde as crianças e adolescentes possam expressar suas emoções e participar da busca por soluções para os conflitos, contribui para a construção de um ambiente democrático e inclusivo¹¹⁵. Nesse sentido, as práticas de assembleias, além das conversas e aproximação com os profissionais da casa, principalmente com o educador tutor, são os espaços de diálogo que a Santa Fé promove para que as crianças e adolescentes desenvolvam um senso de pertencimento e experimentem outras formas de afeto e comunicação.

“Esse lugar tem que ser o mais parecido possível com um lar no sentido das relações: de como estabelece uma conversa, de como estabelece o sim e o não. O não, do ponto de vista de conter ele na sua individualidade, é tão importante quanto o sim. Porque se ele está mostrando na sua cara a destrutividade e você não demarca esse lugar – se você não é mais forte que ele – ele desmorona, ele se perde como qualquer criança e qualquer adolescente se perde no mundo. Então, ele precisa que esse lugar seja forte o bastante para barrá-lo; porque se esse lugar não for forte o suficiente para barrá-lo, ele não pode sustentá-lo” – Profissional da Santa Fé.

Lidar com a agressividade, porém, não é trabalho fácil. Por isso, outro aspecto crucial é o investimento na formação e no suporte emocional dos profissionais que atuam nessas instituições. Atender as demandas emocionais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade exige um preparo específico e espaços de acolhimento para os próprios educadores, de modo que possam oferecer um cuidado consistente e empático¹¹⁶. Novamente, as práticas de supervisão da Santa Fé se destacam como alicerces que permitem aos profissionais trabalharem os desafios em conjunto, tendo espaço também para expressarem suas angústias laborais e pensarem em melhores estratégias de atuação que não seja a partir da punição e da agressividade.

¹¹⁵ Couto, Rizzini (2021); Neill (1960).

¹¹⁶ Couto, Rizzini (2021).

“Essa questão do afeto: como que uma menina que sofreu violências que você não acredita, como, por exemplo, uma menina de 11 anos, abusada desde os 6 anos e grávida do pai. Como você faz? Como você supera esse tipo de coisa para poder viver? Essa menina – e tantas outras – precisam sair desse lugar e ir para um lugar de aconchego, um lugar que ela possa confiar, um lugar que possa aceitá-la! Mas ela vai te provocar: ‘Você não gosta de mim!’. Ela vai te testar porque na vida que ela teve ela não pode confiar em você! ‘A vida inteira eu só tive violência e agora eu vou confiar em você?’. Então, você vai ser testado e tem que entender que aquilo pode ser transformado em linguagem, na linguagem afetiva. Esse processo é muito bonito! Mas você tem que acreditar no que você está fazendo” – Profissional da Santa Fé.

A ausência de punições não impede o estabelecimento de regras, pois elas são de extrema importância para a convivência coletiva. Entretanto, elas são elaboradas em conjunto, nas assembleias, onde acolhidos e profissionais participam de maneira igualitária. Essa possibilidade de diálogo promove a determinação de responsabilidade e impõe limites aos participantes, evitando a necessidade de retaliações¹¹⁷.

O princípio da linguagem afetiva também está presente no Programa Construindo Pontes, que lida com as famílias dos acolhidos e ex-acolhidos. É a partir da escuta ativa desses familiares, respeitando-os nas suas individualidades e em seus contextos, trabalhando sem julgamentos, que a equipe da Santa Fé consegue descobrir suas fraquezas para assim poder ajudá-los a superá-las. Essa construção de relações na base da confiança permite que a reinserção familiar ocorra de maneira mais segura e evita que direitos sejam novamente violados.

“O básico é a comunicação que eu tenho com eles e com todas as famílias, e o carinho com elas. Porque muitas vezes elas vêm aqui e não é por causa de cesta [básica]; quando você vê, você passou o dia inteirinho com uma família só: você vai lá, você conversa, toma um café...” – Profissional do Construindo Pontes.

Assim, a adoção de uma linguagem afetiva e não punitivista em instituições de acolhimento é essencial para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Inspirar-se em Winnicott e na escola Summerhill, como faz a Santa Fé, significa reconhecer a importância do ambiente, do afeto e da

¹¹⁷ Instituto Fazendo História (2024); Neill (1960).

liberdade para o desenvolvimento emocional e social. Ao oferecer um espaço de continência, escuta e respeito, a Santa Fé pode ajudar crianças e adolescentes a reconstruírem suas histórias, transformando experiências de dor em possibilidades de crescimento e resiliência.

4. Ambiente Democrático

“Quando você tira o castigo e implementa a assembleia, isso tem a ver com a democracia”

Profissional da Santa Fé.

Inspirada nos movimentos democráticos do pós-ditadura e nas experiências da escola inglesa Summerhill, a Santa Fé, desde a sua fundação, possui a compreensão de que apenas com diálogo, escuta e participação das crianças e adolescentes é possível propiciar um ambiente acolhedor e de proteção para esses indivíduos, que seja capaz de criar relações de vínculo e de confiança.

No contexto do acolhimento institucional, onde muitas crianças e adolescentes chegam marcados por histórias de violência, abandono e exclusão social, a criação de um espaço democrático torna-se ainda mais urgente. Investir no diálogo e na construção de espaços de escuta e de soluções coletivas, a partir de relações horizontais e sem uma abordagem punitivista, é uma estratégia essencial para que esses jovens consigam estabelecer laços de confiança e para que possam se expressar a partir de suas próprias histórias e desejos¹¹⁸.

“Por mais que você fale sobre a questão do castigo... que não é por aí. Porque se ele [acolhido] xinga, se ele quebra alguma coisa, ele não faz isso porque ele não gosta de você, é toda uma situação, você precisa entender o contexto (...) tem que entender que as crianças dão sinais, ter o

¹¹⁸ Dias (2024); Parra et al. (2019).

cuidado de entender a forma de falar com as crianças. Muitos educadores não ficam, porque não conseguem lidar com o fato de não ter punição” – Profissional da Santa Fé.

Nesse sentido, as assembleias na Santa Fé garantem as crianças e aos adolescentes, de qualquer idade, serem ouvidos e participarem ativamente da construção das regras de convivência e da rotina da instituição¹¹⁹. Essa participação não só fortalece os vínculos afetivos entre moradores e profissionais, como também promove o desenvolvimento psíquico e social, permitindo que os acolhidos reconstruam uma visão positiva de si mesmos e do mundo¹²⁰.

A importância de estabelecer um ambiente democrático ganha relevância à medida que se compreende o impacto dessas práticas no desenvolvimento emocional, social e cognitivo de crianças e adolescentes. A literatura e experiências como as da escola Summerhill demonstram que um ambiente que prioriza a escuta, a participação ativa e a construção coletiva de regras e soluções contribui para a reparação de traumas, a construção da identidade e a formação de cidadãos críticos e autônomos, capazes de transformar suas realidades¹²¹.

4.1. Diálogo e horizontalidade das relações

A proposta de um ambiente de convivência infantojuvenil pautado no diálogo e na horizontalidade das relações, especialmente em contextos de acolhimento institucional, é um tema que ganha relevância à medida que se busca promover o desenvolvimento integral desses indivíduos.

Neill, fundador da Summerhill, acreditava que a felicidade e o desenvolvimento saudável surgem da liberdade de escolha e da ausência de coerção. Em um ambiente de acolhimento, isso significa permitir que crianças e adolescentes explorem seus interesses, tomem decisões sobre suas próprias vidas e desenvolvam suas individualidades sem imposições externas. A liberdade de expressão e a não coerção são fundamentais para que os jovens se sintam seguros e confiantes para expressar suas opiniões e buscar ajuda quando necessário.

¹¹⁹ Couto, Rizzini (2021); Neill (1960).

¹²⁰ Dias (2024).

¹²¹ Parra et al. (2021); Couto, Rizzini (2021); Dias (2024).

A sensação de reconhecimento e o apoio incondicional são essenciais para o desenvolvimento emocional dos infantes e, em abrigos, isso significa proporcionar um ambiente onde as crianças se sintam pertencentes, independentemente de seu histórico ou comportamento¹²².

Atuação da Santa Fé na promoção do diálogo e da horizontalidade das relações

Promover essa liberdade é possível na Santa Fé graças ao respeito mútuo gerado pelos acordos coletivos que ocorrem, por exemplo, nas assembleias do Minha Casa e da Vovó Ilza. É nesse espaço que o diálogo acontece: crianças e os adolescentes acolhidos têm a oportunidade de negociarem seus desejos, apresentarem suas expectativas, e compreenderem, em conjunto, a melhor solução para os dilemas que enfrentam. Além disso, nas assembleias, as regras e os combinados são estabelecidos de comum acordo entre todos os participantes, reforçando o respeito e a sinceridade das relações¹²³. Dessa forma, as crianças são tratadas com dignidade, suas opiniões são consideradas e as interações entre elas e os educadores são mantidas com honestidade e horizontalidade.

“Eles nunca desistiram de mim. Tinha dia que eu achava que eles iam me colocar pra fora, mas eles vinham, sentavam, conversavam, ajustavam e ali eu estava no próximo dia tendo a possibilidade de escrever a minha história de uma forma diferente daquilo que eu era, daquilo que o sistema e outras pessoas tinham me rotulado “Você é isso, você é isso...”. Na Santa Fé eu tive essa desconstrução e conforme eu ia sendo lapidado eu ia me enchendo mais de perspectiva de vida” – Ex-acolhido do Minha Casa.

Também no Projeto Construindo Pontes da Santa Fé, o diálogo e a horizontalidade das relações andam lado a lado com um trabalho sem preconceitos, que permite que as famílias sejam alcançadas e acolhidas em suas vulnerabilidades e individualidades. Não cabem julgamentos para se atingir uma aproximação com as famílias e a escuta precisa ser atenta e empática para, de fato, conquistar a confiança desses indivíduos e tornar possível uma reintegração familiar saudável¹²⁴.

¹²² Neill (1960).

¹²³ Neill (1960).

¹²⁴ Ferreira et al. (2014).

“Eu ouço bastante, porque cada família é uma família, cada história é uma história” – Educadora da Santa Fé.

As experiências de Summerhill, uma escola autogerida e democrática, demonstram que a liberdade e a participação ativa nas decisões coletivas promovem a autonomia, o respeito e o bem-estar emocional das crianças. Esses princípios são especialmente relevantes para o contexto de acolhimento institucional, onde crianças e adolescentes, afastados de suas famílias, enfrentam desafios significativos para estabelecerem relações de confiança e de vínculos¹²⁵.

5. Conclusão

A metodologia da Santa Fé se estrutura a partir de pilares e alicerces que, integrados, garantem um acolhimento humanizado e eficaz. Ao combinar a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares, o olhar individualizado, o cuidado afetuoso e a participação ativa dos acolhidos, a instituição

¹²⁵ Parra et al. (2019).

constrói um ambiente que respeita a singularidade de cada criança e adolescente, promovendo sua autonomia e reinserção social de forma segura e digna.

O pilar **Criar e Fortalecer Raízes** dá o direcionamento da atuação da instituição. Ele reconhece que, mesmo em situações de afastamento familiar, os vínculos com a família de origem e com a comunidade são essenciais para a construção da identidade e o desenvolvimento emocional e social dos acolhidos. A Santa Fé não apenas preserva esses laços, mas trabalha ativamente para fortalecê-los, seja por meio de programas como o Construindo Pontes, que oferece suporte psicossocial e jurídico às famílias e apoio aos ex-acolhidos, seja pela mediação de conflitos que viabilizam a reinserção familiar sempre que possível.

O **Olhar Individualizado** é um dos pilares centrais para que a Santa Fé cumpra sua missão. Ao reconhecer que cada acolhido carrega uma história única, muitas vezes marcada por violência, abandono ou negligência, a instituição adota uma abordagem humanizada e reflexiva, garantindo um atendimento personalizado e respeitoso. Essa prática se mostra ainda mais essencial para grupos específicos, como meninas-mães e bebês, que exigem um olhar diferenciado.

Além de romper estigmas e preconceitos, essa abordagem fortalece a autoestima dos acolhidos e seus familiares, promovendo um ambiente onde possam se reconhecer como sujeitos de direitos e agentes de sua própria trajetória. O Programa Família Acolhedora exemplifica essa filosofia, ao garantir que bebês e crianças pequenas tenham um cuidado individualizado e o direito a um ambiente familiar saudável.

O **Cuidado e Aconchego** são valores traduzidos no dia a dia das casas Minha Casa e Vovó Ilza, criando um ambiente que se assemelha a um lar. A acolhida calorosa, a oferta de um enxoval personalizado e a atenção a detalhes como preferências alimentares demonstram um cuidado que vai além das necessidades básicas, abrangendo o bem-estar emocional.

O **Ambiente Democrático** consolida a abordagem pedagógica da Santa Fé, garantindo a participação ativa dos acolhidos na construção das regras de convivência e na resolução de conflitos. As assembleias, grupos de fala e supervisões semanais reforçam a horizontalidade das relações entre profissionais e acolhidos, promovendo um espaço de escuta e diálogo, em oposição a abordagens punitivas. Esse ambiente não apenas fortalece vínculos afetivos, mas desenvolve a autonomia e o senso de cidadania dos jovens.

Para que esses pilares garantam práticas efetivas, a Santa Fé se apoia em alicerces que sustentam a qualidade do atendimento. O **educador-tutor** atua como figura de referência, estabelecendo um primeiro vínculo de confiança que acompanha o acolhido ao longo de sua jornada. As **assembleias**

asseguram um ambiente de autogestão e empatia, e as **supervisões** semanais permitem que os profissionais estejam em constante reflexão e aprimoramento de suas práticas. Esse trabalho se fortalece ainda com o apoio de **parcerias públicas e privadas**, sempre articulado com uma **equipe multidisciplinar** que, juntos, permitem que a Santa Fé atue de maneira abrangente no cuidado e na garantia dos direitos das crianças e adolescentes em acolhimento.

Essa abordagem não apenas assegura o cumprimento da missão da Santa Fé, mas também demonstra que um acolhimento institucional pode ir além da proteção emergencial, tornando-se um espaço de desenvolvimento e reconstrução de trajetórias. A solidez dessa metodologia reforça a importância de práticas que humanizam o acolhimento e servem de referência para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência.

Considerações Finais

A sistematização da metodologia da Santa Fé evidencia como a instituição integra teoria e prática, estruturando seu trabalho a partir de pilares interconectados e alicerces sólidos, que garantem um atendimento individualizado, afetivo e voltado para a construção da autonomia dos acolhidos. Esse modelo demonstra que o acolhimento bem estruturado pode ser uma solução para o rompimento de ciclos de vulnerabilidade, miséria e violência que atingem crianças e adolescentes. Através de profissionais comprometidos e de um ambiente receptivo e empático, o acolhimento institucional pode ser um espaço de reconstrução de trajetórias e mudanças significativas de vida.

O diferencial da Santa Fé está em seu compromisso com a individualidade de cada acolhido e com a reintegração social para além da institucionalização. Seu modelo não se limita em garantir um espaço seguro e condições básicas de vida, mas busca criar um ambiente de pertencimento, fortalecendo os vínculos familiares e promovendo o desenvolvimento pessoal, respeitando a história, e os desafios de cada acolhido. Outro ponto relevante é a preocupação da instituição com o pós-acolhimento, garantindo que os jovens que deixam o serviço institucional não fiquem desamparados ao atingirem a maioridade.

Dentro dessa estrutura metodológica, um dos maiores diferenciais da Santa Fé é o acolhimento especializado para meninas-mães e seus bebês, um público historicamente negligenciado pelas políticas públicas. A Casa Vovó Ilza foi criada para oferecer um espaço seguro e estruturado para essas jovens, garantindo suporte psicossocial, assistência materno-infantil, acesso à educação e orientação para a

construção da autonomia. O modelo implementado pela Santa Fé parte do princípio de que cuidar da mãe significa também cuidar da criança, criando um ambiente em que ambas possam se desenvolver com segurança e dignidade. Além disso, a instituição tem se consolidado como uma referência na tipificação desse serviço, atuando no debate público para que o acolhimento de meninas-mães seja incorporado de forma mais consistente às políticas nacionais de proteção à infância e à adolescência.

O impacto do trabalho da Santa Fé, no entanto, não pode ser visto como um esforço isolado. Para que um modelo humanizado e eficaz de acolhimento seja expandido e replicado, é fundamental que haja fortalecimento da rede de proteção, articulação intersetorial e ampliação do suporte pós-acolhimento. A realidade do acolhimento institucional no Brasil ainda enfrenta desafios como a falta de financiamento adequado, a desarticulação entre os serviços de assistência social, saúde e educação, e a ausência de políticas estruturadas para garantir a transição dos acolhidos para a vida adulta.

A experiência da Santa Fé demonstra que um acolhimento estruturado, com suporte contínuo às famílias e aos jovens após a saída da instituição, é essencial para romper ciclos de vulnerabilidade e garantir um futuro digno para os atendidos. Programas como Construindo Pontes reforçam a necessidade de uma intervenção mais ampla, que não apenas cuide da criança ou adolescente no momento do acolhimento, mas que fortaleça sua família e sua rede de apoio, garantindo que a reinserção ocorra de forma segura e sustentável. Da mesma forma, a atuação da Santa Fé no Programa Família Acolhedora reafirma a importância de alternativas ao acolhimento institucional para bebês e crianças pequenas, permitindo que cresçam em um ambiente familiar enquanto sua situação legal é regularizada.

No entanto, nenhuma iniciativa isolada pode resolver os desafios estruturais do acolhimento no Brasil. A falta de políticas públicas efetivas para garantir um acompanhamento contínuo dos acolhidos após a maioridade, a escassez de alternativas ao acolhimento institucional para crianças em primeira infância e a carência de financiamento para ações que garantam a reintegração familiar são entraves que precisam ser enfrentados com urgência. Modelos bem-sucedidos como o da Santa Fé devem servir de referência para a formulação e aprimoramento de políticas públicas, assegurando que o direito à convivência familiar e comunitária seja garantido a todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua condição socioeconômica.

A Santa Fé prova que um acolhimento baseado no respeito, no cuidado e no fortalecimento de vínculos é possível e deve ser replicado e ampliado. A articulação entre sociedade civil, poder público e iniciativa privada é essencial para garantir que experiências bem-sucedidas não fiquem restritas a poucas instituições, mas que possam ser incorporadas como um modelo nacional de acolhimento humanizado e transformador.

Portanto, é essencial que o poder público amplie os investimentos no setor, fortaleça as redes de apoio e implemente políticas que assegurem um acolhimento digno, humanizado e adaptado às necessidades individuais dos acolhidos. A Santa Fé já demonstrou que esse modelo é viável e eficaz – cabe ao Estado e à sociedade garantir que ele seja expandido e fortalecido, impactando positivamente a vida de mais crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade. A transformação do acolhimento infantil no Brasil depende de um compromisso coletivo e contínuo para que nenhuma criança ou adolescente seja privado do direito a um futuro seguro, digno e pleno de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Raquel M. L.; BARREIRA, Alice K.; LIMA, Maria Luiza C. de; LIMA, Maria Luiza L. T. de; ASSIS, Simone G. de. Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciência & Saúde Coletiva*, [online], v. 23, n. 2, p. 529-542, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018232.01172016>>. Acesso em: jan. 2025.

ALTOÉ, Sônia; SILVA, Magali Milene. Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 125-141, jan./abr. 2013.

ANDRADE, P. R.; OHARA, C. V. S.; BORBA, R. I. H.; RIBEIRO, C. A. Enfrentando uma experiência difícil mesmo com apoio: a adolescente menor vivenciando a maternagem. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 111-118, 2015.

BARBOSA, Vanir Maria Carneiro; ANTUNES, Maria Cristina; PADILHA, Maria da Graça Saldanha. A reinserção familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar em acolhimento institucional por medida de proteção: o abuso sexual em foco. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, São Paulo, v. 36, n. 91, p. 286-309, jul. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2016000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2025.

BLIKSTEIN, F.; REIS, A. O. A. Estudo sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em instituições para pessoas com deficiência. *Saúde e Sociedade*, v. 32, n. 2, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220539pt>>. Acesso em: jan. 2025.

BOWLBY, John. *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Original publicado em 1982).

BRASIL. *Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Art. 7, 15, 16, 19, 23, 53, 67, 70, 94.

BRONFENBRENNER, Urie. Discovering what families do. In: BLANKENHORN, D.; BAYME, S.; ELSHTAIN, J. (Eds.). *Rebuilding the nest*. Wisconsin: Family Service America, 1990. p. 27-39.

BRONFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1979).

CARVALHO, Dina de Jesus P. de. “E se a Carolina pudesse comunicar as suas emoções?”: Meninas já mães. *New Trends in Qualitative Research*, Oliveira de Azeméis, Portugal, v. 14, p. e742, 2022. Disponível em: <<https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/742>>. Acesso em: jan. 2025.

CASTANHO, Ana Carolina Ferreira; ELTINK, Caroline Francisca; BENZONI, Selma Aparecida Geraldo. Formação continuada de profissionais de um serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: um relato de experiência. *Prometeica - Revista de Filosofia y Ciencias*, n. 30, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.34024/prometeica.2024.30.18866>>. Acesso em: jan. 2025.

COALIZÃO BRASILEIRA; ATRICON; VITAL STRATEGIES; FUNDAÇÃO J. L. E. SETUBAL. *Policy Brief Adaptação de indicadores e o papel da Atricon na coleta de informações para o monitoramento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo, 2024.

COALIZÃO BRASILEIRA; ATRICON. *Panorama: Planos Setoriais Nacionais e os Direitos de Crianças e Adolescentes*. Policy Brief. São Paulo, 2024.

COUTO, Renata; RIZZINI, Irena. Acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de rua: pesquisa e políticas públicas. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-15, jan.-dez. 2021.

DIAS, Cristina Rocha. A escuta na socioeducação, na clínica e as marcas coloniais. In: *Caderno Sexta de Ideias: reflexões teórico-clínicas no contexto do acolhimento*. Instituto Fazendo História, 2024. p. 37-48.

FERREIRA, V. V. F.; LITTIG, P. M. C. B.; VESCOVI, R. G. L. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 165-174, 2014.

FERRO, Luiz; OLIVEIRA, Aislan J.; CASANOVA, Gabriele. Os impactos da violência no desenvolvimento infantil. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 4, n. 4, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2952>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GOMES, Rafaela Ventura. Pobreza (não) é motivo de acolhimento: um panorama do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Distrito Federal. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Brasília, v. 4, n. 3, p. 81-104, 2022.

GONÇALVES, F.; PRETTO, C.; ALFING, C. et al. O trabalho em uma instituição de acolhimento à crianças e adolescentes: relato de experiência. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 18139-18150, jul./ago. 2021.

HUEB, Martha Franco Diniz. Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 28-38, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2025.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. *Caderno Sexta de Ideias: reflexões teórico-clínicas no contexto do acolhimento*. Instituto Fazendo História, 2024. p. 20-36. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/67589e5c3d8e3610a28b5190/1733860959618/Caderno+Sexta+de+Ideias_V4.pdf>. Acesso em: jan. 2025.

KAPPLER, S. R.; MENDES, D. M. L. F. Trocas Afetivas de Crianças em Acolhimento Institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003184527>>. Acesso em: jan. 2025.

KRUEL, C. S.; SOUZA, A. P. R. Aleitamento materno e cuidado: uma proposta winnicottiana. *Comunicação*, Santa Maria, v. 16, n. 3, p. 176-186, 2014.

LAVRADOR, M. B. O que tece um sujeito? Escuta psicanalítica de um bebê em Família Acolhedora. In: *Caderno Sexta de Ideias: reflexões teórico-clínicas no contexto do acolhimento*. Instituto Fazendo História, 2024. p. 20-36.

MATA, N. T.; SILVEIRA, L. M. B. da; DESLANDES, S. F. Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2881-2888, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13032017>>. Acesso em: jan. 2025.

MOURA, G. G.; AMORIM, K. S. A (in)visibilidade dos bebês na discussão sobre acolhimento institucional. *Psicologia em Estudo*, v. 18, n. 2, p. 235-245, 2013.

NEILL, A. S. *Summerhill: a radical approach to child rearing*. Foreword by Erich Fromm. England: Gollancz, 1960.

NUNES, Carlos Henrique de O.; NEVES, Marcília C. A. S. das; CARDOSO, Valéria S. Potencialidades e desafios no acolhimento de adolescentes: a experiência do acolhimento familiar em Belo Horizonte. In: *Anais do III Seminário Internacional de Acolhimento Familiar*. Campinas, SP, 20 a 23 de novembro de 2019. p. 153-165. Aldeias Infantis SOS Brasil, ANDI comunicação e direitos, Associação de Educação do Homem de Amanhã – AEDHA Campinas, Câmara Municipal de Campinas, Conselho Nacional de Justiça, Lumos - Protecting Children. Providing Solutions.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Prevenção do maltrato infantil: qué fazer, y cómo obtener evidencias*. [online], 2009. p. 90. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/preventing-child-maltreatment-a-guide-to-taking-action-and-generating-evidence>>. Acesso em: jan. 2025.

PALACIOS, Jesús. Acolhimento familiar: os vínculos afetivos na vida cotidiana. In: *Anais do III Seminário Internacional de Acolhimento Familiar*. Campinas, SP, 20 a 23 de novembro de 2019. p. 39-48. Aldeias Infantis SOS Brasil, ANDI comunicação e direitos, Associação de Educação do Homem de Amanhã – AEDHA Campinas, Câmara Municipal de Campinas, Conselho Nacional de Justiça, Lumos - Protecting Children. Providing Solutions.

PARRA, Ana Carolina de Oliveira; OLIVEIRA, Jaqueline Alves de; MATURANA, Ana Paula Moraes. O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco?. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 155-175, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). *Cartilha Informativa: Família Acolhedora*. São Paulo, SMADS, novembro de 2023.

RIBEIRO, L. S.; DOMINGUES, J. V. Da Maternidade A Construção De Uma Família: Narrativas De Meninas Que Residem Em Uma Instituição De Acolhimento. *Relacult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade*, v. 5, ed. especial, abr. 2019, artigo nº 1308.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; ALMEIDA, I. G. de; COSTA, N. R. do A.; GUIMARÃES, L. de A.; MARIANO, F. N.; TEIXEIRA, S. C. de P.; SERRANO, S. A. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 25, n. 2, p. 390-399, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>>. Acesso em: jan. 2025.

SANTOS, Vitória C. dos. As consequências psicossociais do acolhimento institucional em crianças e adolescentes: implicações para o desenvolvimento emocional e social. *Revista ft - Psicologia*, v. 28, n. 139, out. 2024.

SANTOS, K. D.; MOTTA, I. F. O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 31, n. 4, p. 517-525, out./dez. 2014.

SILVA, Maria Leopoldo. Encontros inter-raciais na clínica: reflexões a partir do caso da adolescente Odara. In: *Caderno Sexta de Ideias: reflexões teórico-clínicas no contexto do acolhimento*. Instituto Fazendo História, 2024. p. 57-68.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 71–80, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>>. Acesso em: jan. 2025.

VALENTE, Jane. O Acolhimento Familiar e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. In: *Anais do III Seminário Internacional de Acolhimento Familiar*. Campinas, SP, 20 a 23 de novembro de 2019. p. 39-48. Aldeias Infantis SOS Brasil, ANDI comunicação e direitos, Associação de Educação do Homem de Amanhã – AEDHA Campinas, Câmara Municipal de Campinas, Conselho Nacional de Justiça, Lumos - Protecting Children. Providing Solutions.

WINNICOTT, D. W. *O Ambiente e os Processos de Maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Tradução: Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: Artmed, 1988.

WINNICOTT, D. W. *A Família e o Desenvolvimento Individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1965).

ANEXO I – Evidências Qualitativas

Pilar 1: Criar e Fortalecer Raízes

“O diagnostico social vai ajudar você a compreender melhor quem é aquela criança - o diagnóstico do núcleo familiar – e ao mesmo tempo compreender quais são as construções, caminhos e acompanhamentos necessários para que essa criança, eventualmente, volte para o seu núcleo familiar” – Profissional da Santa Fé.

“Não tem voluntário porque todo o trabalho é estruturado em cima do vínculo. (...) O voluntário vem, para, e a criança é abandonada de novo” – Profissional da Santa Fé.

“A maior dificuldade está em conquistar a confiança, ter diálogo. Conseguir a confiança leva muito tempo. Mas depois que elas passam a confiar em você é para sempre” – Educadora da Santa Fé.

Ela possui boas relações com os funcionários, sendo bem próxima de três deles: um que seria seu tutor, uma que é a sua madrinha e a outra que considera como uma mãe. A construção dessas relações “foi acontecendo”. A tutora é madrinha do seu filho. – Nota da entrevista com uma menina-mãe, 14 anos, da Vovó Ilza.

“A gente contrata homem para trabalhar como educadores, por quê? Porque os homens que essas meninas conhecem é o homem abusador, é o homem que bate. Então, ter homem na casa que troca a fralda, que brinca, é tentar fazer com que essa figura se tornem uma figura amável” – Profissional da Santa Fé.

Ela valoriza a importância do trabalho com a família, que ocorre muito pouco de fato enquanto política pública. Nunca viu reunião de família e trabalhos específicos nesse sentido. Não existe verba extra para o trabalho com famílias. Não dá para acompanhar só com a verba municipal, o que ela lamenta, porque ao longo do acolhimento há todo um investimento naquele jovem que pode se perder após a sua saída da casa, já que sua rede externa não está estruturada. “Tem que acompanhar a família por no mínimo dois anos” – Nota da entrevista com uma funcionária da Vara da Infância.

Ele estava desde os 6 anos sem contato com a família. No último mês o pessoal da casa conseguiu o contato com algumas tias e agora ele está começando a aproximação com esses familiares: tias e primos. Ele parecia bem animado com o reencontro e conta que a equipe da casa o aconselha em relação aos cuidados que ele precisa ter ao longo dessa aproximação. No início, é a família que vai até a casa, mas após alguns encontros ele será permitido a visitar a casa dos familiares – Nota da entrevista com um menino, 15 anos, do Minha Casa.

Pilar 2: Olhar Individualizado

“As crianças têm que ser tratadas cada uma como um universo e tem que ter direito a tudo!” – Profissional da Santa Fé.

“Metodologia que acredita na individualidade do ser humano” – Profissional da Santa Fé.

“Se as organizações realmente entenderem que essas crianças são parecidas com os nossos filhos, que eles têm os mesmos direitos, eles já vão atuar de uma outra forma!” – Profissional da Santa Fé.

“O cuidado que você tem com uma criança abrigada e o cuidado que você tem que ter com uma menina que está grávida, ou com ela e seu bebê, é outro universo” – Conselheira da Santa Fé.

“Chega um momento que a sua crença de que de fato pode haver uma mudança daquela situação das crianças é testada a todo momento. Então, a gente tem que ter um nível de convicção, de acreditar que cada um deles, como indivíduos, possui um caminho diferente a ser seguido e qual investimento tem que ser feito nisso. É uma coisa humana mesmo” – Conselheira da Santa Fé.

“A criança que chega aqui não chega como um número (...) algumas vezes elas chegam sem que a Santa Fé saiba o motivo do acolhimento. (...) na acolhida, perguntam o prato preferido para fazerem na casa. (...) Buscar a identidade dessa criança, o resgate da sua história, o existir dessa história” – Educador da Santa Fé.

“Eles me deram total suporte [na saída], me deram várias opções - ‘Você quer ir com a sua família? Você quer alugar a sua casa? Você quer morar com uma menina?’ (que tinha uma menina que a gente é amiga até hoje)’. (...) Eles me deram muito suporte e me dão até hoje! A faculdade que eu faço, eu tenho bolsa – eu tenho um percentual de bolsa do Mackenzie, que eu fiz um vestibular; eu tenho um percentual de bolsa aqui da empresa onde eu trabalho; e tem um percentual de bolsa da Santa Fé” – Ex-acolhida do Minha Casa.

“Casa das meninas mães é inovador! [Elas] compartilham coisas parecidas, que os demais acolhidos não vivenciam. Há vivências específicas para quem vai ter um bebê: um momento importante e delicado da vida da mulher. (...) [O que] exige também especialização” – Profissional da Vara da Infância.

“A criança entrou com um acolhimento: a casa tem que fazer um diagnóstico social dessa criança, entender seu núcleo familiar e fazer um Plano Individual. Você monta o Plano Individual e começa a construir as condições para que essa menina ou esse menino – independente da sua condição - alcance seu desenvolvimento pleno e sua autonomia em suas etapas. Isso é o Plano Individual. Agora, o diagnóstico social vai ajudar você a compreender melhor quem é aquela criança - o diagnóstico do núcleo familiar – e ao mesmo tempo compreender quais são as construções, caminhos e acompanhamentos necessários para que essa criança, eventualmente, volte para o seu núcleo familiar” – Profissional da Santa Fé.

“Se a gente fala que as crianças são comuns e totais, que se parecem com meus netos, com meus filhos, elas têm que ter as mesmas condições. Isso eu não via em outros lugares. Eu ficava horrorizada e fico até hoje” – Profissional da Santa Fé.

“Eu chegava nos lugares, eu recebia um pedaço de sabão em barra, uma roupa com carimbo da instituição; você ia lá tomar um banho, ia para um refeitório cheio de crianças - algumas você já conhecia da rua, outras não - e depois você ia para uma ala com um monte de colchão no chão, porque você não tinha ali (isso na década de 90, hoje em dia as casas têm mais estrutura, mas antigamente não era assim). Alguns abrigos tinham um mínimo de estrutura, com beliches, também um quarto cheio de beliches, com uns 60 meninos cada. Você não tinha um lugar de escuta. E no outro dia você já estava

na rua de novo. Na Santa Fé foi totalmente diferente. Na chegada, eu tive um acolhimento diferenciado, de você sentir que as pessoas que estão ali te acolhendo querem saber de você, tá interessado em você. A gente, enquanto ser humano, a gente sente (...) o carinho, o afeto. Então, a gente sente esse diferencial. Eu já senti isso logo de cara. Isso me fez ficar. E não tive também um interrogatório. Porque você chegava nos outros lugares, era interrogado. Parecia que você estava numa sala policial” – Ex-acolhido do Minha Casa.

As meninas que não trabalhavam faziam atividades no contraturno da escola com uma francesa (parceria da casa) – de corte e costura, para gerar renda, e outras atividades culturais, como aula de música. Tinham horário para as refeições, para dormir, assistir TV etc. Final de semana era dia de faxina e havia escala rotativa entre as meninas para limpar os ambientes comuns, cada uma era responsável por suas roupas e seus quartos; também lavavam louça. Cada mãe tem liberdade para criar seu filho da sua maneira, apenas seguindo a rotina de alimentação e cuidados da casa. Como ela trabalhava, eram as educadoras que buscavam e preparavam a sua filha até o seu retorno, dando banho, por exemplo – Nota da entrevista com ex-moradora do Vovó Ilza.

“Porque não é pra todo mundo que as crianças gostam de ir abrindo a vida, porque tem coisas bem complicadas que acontecem com elas. Eu busco muito a confiança delas para que elas possam me trazer algumas dificuldades mais complexas delas (...). “É preciso ir buscar a dor delas” – Educadora da Santa Fé.

“Ouvir muito, cada caso, cada um no seu ritmo. (...) Eu ouço bastante, porque cada família é uma família, cada história é uma história” – Educadora da Santa Fé.

“A metodologia tem a ver com a ideologia: eu preciso acreditar nessa criança como se ela tivesse as potencialidades do meu filho se eu der as condições” – Profissional da Santa Fé.

“Na Santa Fé eu aprendi a voar (...). Eles nunca desistiram de mim. Tinha dia que eu achava que eles iam me colocar pra fora, mas eles vinham, sentavam, conversavam, ajustavam e ali eu estava no próximo dia tendo a possibilidade de escrever a minha história de uma forma diferente daquilo que eu era, daquilo que o sistema e outras pessoas tinham me rotulado ‘Você é isso, você é aquilo...’. Na Santa

Fé eu tive essa desconstrução e conforme eu ia sendo lapidado eu ia me enchendo mais de perspectiva de vida” – Ex-acolhido do Minha Casa.

“Aqui na Santa Fé a gente ainda tenta segurar, mas pela legislação sai com 18 anos, mas aqui a gente consegue segurar um pouco mais: o pessoal vai no fórum e pede mais um ano, dois anos, quando vê que a pessoa não tá conseguindo” – Profissional da Santa Fé.

Pilar 3: Cuidado e aconchego

“Quando acontecia de ‘hoje eu não tô num dia legal, eu tô sem paciência, você pode ficar com o meu filho?’ Sempre ficaram. Então, você tem um suporte emocional bem grande lá” – Ex-acolhida do Minha Casa.

“Essa questão do afeto: como que uma menina que sofreu violências que você não acredita, como, por exemplo, uma menina de 11 anos, abusada desde os 6 e grávida do pai. Como você faz? Como você supera esse tipo de coisa pra poder viver? Essa menina – e tantas outras – precisam sair desse lugar e ir para um lugar de aconchego, um lugar que ela possa confiar, um lugar que possa aceitá-la, mas que ela vai te provocar - ‘você não gosta de mim!’; ela vai te testar, porque na vida que ela teve, ela não pode confiar em você! A vida inteira eu [criança/adolescente] só tive violência e agora eu vou confiar em você? Então, você vai ser testado e tem que entender que aquilo pode ser transformado em linguagem, na linguagem afetiva. Esse processo é muito bonito! Mas você tem que acreditar no que você está fazendo. (...) A grande mola deste trabalho é a ternura. A forma como se faz a mesa para o almoço e jantar, uma mesa bonita, tudo bem-feito, a comida predileta, um quarto bonito, bem arrumado” – Profissional da Santa Fé.

“Não dá para pegar a criança e cuidar como se cuida de pobre! As crianças têm desejos, são sujeitos. Então, por exemplo, uma outra coisa que eu instituí, foi que a gente ganha roupa – aquela história de que pé de pobre não tem tamanho (...) - então, [no acolhimento] tudo que as crianças têm elas ganham dos outros, é tudo usado. Então, elas têm direito a comprar; uma vez ou outra as crianças, principalmente as adolescentes, saem para comprar uma roupa que elas desejam – claro que há um percentual do que elas podem usar. Mas elas têm direito a isso” – Profissional da Santa Fé.

“É fundamental que a menina saia para comprar roupas que tenham um ambiente agradável para se viver, uma mesa bonita, bem montada. A ambientoterapia faz parte da metodologia da Santa Fé” – Profissional da Santa Fé.

“Esse lugar tem que ser o mais parecido possível com um lar (...). Às vezes eles não querem ir pra escola, pras atividades extracurriculares, mas há coisas que não são negociáveis e há uma obrigação da mesma forma que há nas casas comuns. (...) Esse lugar tem que ser o mais parecido possível com um lar no sentido das relações: de como estabelece uma conversa, de como estabelece o sim e o não. O não, do ponto de vista de conter ele na sua individualidade é tão importante quanto o sim. Porque se ele está mostrando na sua cara a destrutividade e você não demarca esse lugar, você não é mais forte que ele, ele desmorona, ele se perde como qualquer criança e qualquer adolescente se perde no mundo. Então, ele precisa que esse lugar seja forte o bastante para barrá-lo; porque se esse lugar não for forte o suficiente para barrá-lo, ele não pode sustentá-lo (...). Eu não posso obrigar a nada, mas eu vou falar sobre isso quantas vezes isso me desagradar” – Profissional da Santa Fé.

“Tudo tem que estar muito bom para as crianças: móveis bonitos, roupas bonitas, tudo muito bem cuidado. (...) Para que as crianças pudessem sentir que aquilo é um direito deles, aquela forma de vida. Não pensassem que estamos fazendo um favor para eles” – Profissional da Santa Fé.

“A importância do cuidado da fala com as crianças e adolescentes, saber que não pode julgar, não pode castigar, tem que entender que as crianças dão sinais, ter o cuidado de entender a forma de falar com as crianças. Muitos educadores não ficavam, porque não consegue lidar com o fato de não ter punição” – Profissional da Santa Fé.

“É um espaço para serem cuidados, para serem lapidados, voltarem a sonhar, seguir e dar um colorido melhor na sua história. Tirar esse rótulo de menino de rua, de que você não serve de nada, você não presta” – Educador do Minha Casa.

“Conhecer a casa onde eu vou morar, onde vou dormir, onde é meu banheiro, quem será meu companheiro de quarto. Isso no primeiro momento. Pode parecer besteira, mas esse é um cuidado fundamental, porque ela não se sente invadida. Tem a questão do pertencimento – ela vai começando a pertencer àquele lugar, considerando que ela nunca pertenceu a lugar nenhum. Aí, depois, aos poucos, a gente vai conversando; ela procura o educador que ela vai ter mais confiança, quem ela tem mais referência. Outra coisa, o trabalho do educador tutor. Nos outros lugares não é assim, é um Deus nos acuda, um depósito” – Assistente social, ex-funcionária da Santa Fé.

“Essa questão da referência, pra quem sofreu um abandono, pra quem não tem uma base, é fundamental, é um laço de confiança, é com quem ela vai contar. É pra você que a adolescente vai chegar e vai contar ‘Fulana, hoje eu fumei maconha na escola’; é aí que ela vai contar, até pra testar você, pra ‘Deixa eu ver como a Fulana vai reagir’; porque depois de alguns meses que ela vem contar ‘Eu fui abusada pelo meu pai’. Então, essa referência é muito importante. É um outro diferencial que eu via” – Assistente social, ex-funcionária da Santa Fé.

“Era uma casa muito acolhedora. E ela [profissional da Santa Fé] ainda reclamava muito da casa, mas eu falava ‘Nossa, que ajeitada!’, mas eu achava muito bem cuidada a casa. Mas ela estava muito insatisfeita da casa nesse momento, reclamando muito. (...) Mas eu não estava acostumada a ver casas de acolhimento tão ajeitadas assim. (...) Ela não gostava de nada quebrado na casa, porque ela achava que aquilo abria algumas feridas emocionais na criança. E eu achava, sei lá, pode ser... mas pensava assim: as crianças já vêm de um lugar de tanta vulnerabilidade, como assim isso vai criar uma ferida? Vai abrir feridas nas crianças? Eu ficava impressionada com esse olhar! Eu vinha de um lugar que a situação era de muito mais de trabalho difícil, precarizado (...). “Achei a princípio excessivo, mas depois eu entendi que aquilo fazia diferença para os acolhidos” – Profissional da Vara da Infância.

“Mas tem gente que chega com jeito pra isso (...) ter o olhar sensível, ter generosidade com as crianças, entender que a violência da criança não é contra ele, conseguir resistir a esses insistentes ataques de quebra de vínculo que a criança produz até ela conseguir ser sustentada pelo ambiente. Não é todo mundo que dá conta disso. Eu acho que, primeiramente, tem um viés ideológico, de como você vê o mundo (...) É um lugar que exige ferramentas muito além do amor. (...) Ele vai atacar aquele vínculo que ele mais se interessa, para ver se o sustenta. E como que alguém pode entender isso sem ter uma amplitude maior de como olhar para o mundo. (...) Quem não entende que as pessoas podem passar por

processos violentos, agressivos, e, no entanto, aquilo ser gerado por uma questão que pode ser tratada – quem não pensar em um mundo que pode ser tratado - não cabe nesse lugar!” – Funcionário da Santa Fé.

“Naquela época eu pensava assim: é muito fácil você gostar de uma pessoa que é boa, uma pessoa que está sempre sorrindo (...). E como eu era muito desconfiada, na minha cabeça eu pensava assim: eu vou ser uma pessoa horrorosa e se mesmo assim ela continuar insistindo em mim é porque ela gosta de mim! Porque é fácil gostar de uma pessoa boa. [Fiz isso] Pra poder confiar nela (...). Ela sempre enxergou uma coisa que eu nunca enxerguei e isso me fez sentir acolhida. Porque na minha história de vida, o meu conceito de amor são atos, não são falas, toque” – Ex-acolhida do Vovó Ilza.

Pilar 4: Ambiente democrático

“Em 1993 estávamos saindo da ditadura. Um projeto dessa envergadura tinha que ser democrático e democracia é todo mundo aderir (...). A ideia do projeto era todos serem percebidos como sujeitos e não serem obrigados a nada. A assembleia já era uma prática desde o início” – Profissional da Santa Fé.

“Você pode ter quantas assembleias quiser por dia, porque a assembleia acontece na hora. Da mesma forma que você pode chamar uma assembleia, a criança também pode chamar a assembleia. Porque a assembleia é para discutir o que está acontecendo. Porque embora não exista castigo e nem nada, existem regras. E como faz quando a criança desobedece a regra? O Winnicot fala algo assim, que os problemas podem surgir, mas eles não devem gerar retaliação, porque retaliação não é aprendizado. Porque as crianças possuem um repertório de violência muito grande, aquelas, então, mais ainda, já estavam na rua com um nível de violência muito grande. Então, a linguagem de te dar um soco é mais fácil do que eu falar ‘ai, tá doendo’, ‘tô com saudades da minha mãe’, não, eu dou um soco, porque eu não tenho repertório - o repertório que eu adquiri é o mesmo que eu fui tratado” – Profissional da Santa Fé.

“Se eu aprendo a falar das minhas emoções, da minha contrariedade, eu não preciso bater” – Profissional da Santa Fé.

“Nossa metodologia tem a ver com a ideologia. Quando você tira o castigo e implementa a assembleia, isso tem a ver com a democracia” – Profissional da Santa Fé.

“Fazer uma assembleia é difícil, não é algo mecânico. A assembleia tem que ser democrática mesmo. (...) O funcionamento da casa tem que estar na mão das crianças. Essa condição do respeito contribui para o êxito do projeto” – Profissional da Santa Fé.

Não falam com as crianças e os adolescentes atrás de uma mesa, para criar uma relação mais igualitária. Também se agacham para conversar na mesma altura; os livros e demais objetos devem estar acessíveis a todos. As trocas de turnos também são feitas em rodas, para que tudo sobre o dia seja passado com cuidado. Não usam celular na mesa e determinados assuntos também são evitados na hora da refeição – Nota de entrevista com profissional da Santa Fé.

“Porque não é para todo mundo que elas gostam de ir abrindo a vida, porque tem coisas bem complicadas que acontecem com elas. Eu busco muito a confiança delas para que elas possam me trazer algumas dificuldades mais complexas delas” – Educadora da Santa Fé.

“Levar suas questões para uma pessoa experiente te ajuda a perceber coisas – a única maneira de você se aprimorar é na prática. Então existe essa ideia de supervisão como supervisionar o trabalho de alguém. E existe a supervisão de uma dinâmica de grupo que trabalha junto (...) Você reúne a equipe e ela te traz uma situação que servirá como ilustração de algo que permeia alguma dificuldade inerente ao grupo – mesmo que o grupo não saiba, o que for trazido vai revelar alguma coisa que precisa ser exposta, conversada, discutida e eventualmente trabalhada. Desde até um colega que reclama como o outro lidou com uma situação que você não gostou - divergência entre pares – ou, uma criança que fez uma coisa que a equipe não sabia o que fazer, como lidar. É importante dizer que o trabalho de supervisão não é um trabalho de alguém que você pode resumir, caricaturalmente, como a relação professor aluno, em que o professor sabe e vai ensinar aos outros, isso não existe. A supervisão é alguém que tem uma sensibilidade, que consiga observar onde estão as dificuldades que as pessoas que estão na cena, estão dentro, precisam lidar com a situação. Ajuda as pessoas a compreender o caminho para superar as limitações e as dificuldades. Você não ensina nada na supervisão. Você promove o desenvolvimento ou promove a amplitude do olhar (...) A supervisão visa contribuir para o

aprimoramento e o desenvolvimento de uma atitude e uma postura, e isso só se dá na prática” – Psicólogo da Santa Fé.

“Não vi em outros serviços o espaço das assembleias – um espaço de horizontalidade com as meninas (...). Eu sempre digo que a gente precisa tomar muito cuidado com o espaço de proteção pra ele não colocar mais em risco os direitos que já foram violados” – Assistente social, ex-profissional da Santa Fé.

“Eles têm o direito de ir e vir, mas de maneira organizada. Tem uma turma que só pode sair acompanhada dos educadores; tem uma turma que já está mais maturada e já pode ir e voltar (...) São os combinados. Conforme a criança vai maturando você vai abrindo um pouco. (...) Tem que ter cuidado pra onde você vai, com quem você anda, do horário que chega. Você tem que proteger, ter essas coisas acordadas. É um processo” – Educador do Minha Casa.

